

E-book

NOTAS DE AULA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Fabiano Viana Oliveira – Ms

ISBN 978-85-914103-1-6



9 788591 410316

FABIANO VIANA OLIVEIRA

NOTAS DE AULA PARA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

1ª Edição

**Salvador
Edição do Autor
2012**

F002

OLIVEIRA, Fabiano

**NOTAS DE AULA PARA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA.
Salvador: Editor pessoa física, 2012.
57p.**

ISBN 978-85-914103-1-6

1.Notas de aulas. 2.Filosofia. 3.Antropologia.

SUMÁRIO

Introdução	pg.05
Aula 01 – Condição humana e mitologia.	pg.07
Aula 02 – Condição humana e filosofia grega.	pg.12
Aula 03 – Condição humana e filosofia medieval.	pg.23
Aula 04 – Sujeito Moderno.	pg.28
Aula 05 – Crise do Sujeito Moderno.	pg.33
Aula 06 – Antropologia.	pg.36
Aula 07 – Antropologia da Doença.	pg.41
Aula 08 – Representações Sociais.	pg.46
Aula 09 – Os Limites do Indivíduo na Medicina e na Religião.	pg.50
Exercícios Gerais	pg.58

NOTAS DE AULA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Introdução

O objetivo do curso é introduzir o estudante de psicologia na questão da CONDIÇÃO HUMANA, relacionando este conceito com as questões da SAÚDE e da DOENÇA, buscando entender o papel do profissional de saúde e do cientista social que é o psicólogo na construção desse conhecimento sobre a condição humana.

O caminho para se entender a condição humana é necessariamente histórico, para depois inserir a compreensão dessa condição que define o ser humana em um certo momento da história no problema antropológico da saúde e da doença. Além disso só é possível ter uma compreensão do presente da condição humana através do caminho percorrido no passado, pois inevitavelmente somos fruto deste. A imagem de uma presente estático e acrítico, ilusão típica criada na nossa época hiper televisiva e apática é uma impossibilidade lógica tanto na filosofia quanto na ciência.

Para uma visão literária e assustadora de como essa negação do passado pode ocorrer, leia o livro 1984 de George Orwell (ou veja o filme de mesmo título), nele o Estado manipula os registros do passado para criar a ilusão de um eterno presente, fazendo as pessoas viverem num mundo tenebroso e baseado na eterna vigilância do Grande Irmão (Big Brother) e quem não se enquadra é levado para o Ministério do Amor para ser torturado até se tornar um crente em tudo que o Estado afirma.

Para este propósito de apresentar a condição humana historicamente e depois inserir sua problemática nas questões da saúde e da doença, precisar-se-á desenvolver dois momentos diferentes neste texto de introdução ao tema: no primeiro momento tentar-se-á conceituar a condição humana de maneira geral e contextualizar-se-á o mesmo diante dos mais importantes períodos da história do pensamento ocidental; e no segundo momento apresentar-se-á os conteúdos simbólicos relacionados a saúde e a doença dentro da antropologia, ainda inserido na questão da condição humana, somente que

focado em questão de maior interesse aos estudantes de psicologia: o indivíduo em sua situação de enfermo e mais precisamente no modo como esta enfermidade lhe é subjetivamente compreendida.

Aula 01

Como tudo relacionado com a cultura ocidental, que é nossa herança original, a reflexão sobre a condição humana começa na Grécia antiga. É lá que por volta do século VII antes de cristo que surgem os primeiros pensadores chamados hoje de filósofos e que dão início ao que se chama hoje de ciência.

Porém, antes disso, há uma forma de refletir sobre a realidade que é muito mais antiga e que existe também em todas as culturas humanas da Terra. O chamado pensamento mítico é forma originária e mais primitiva (de primal ou primeira, de antiga e não de forma negativa) de se refletir sobre a realidade. Mítico vem de MITO e a palavra mito tem alguns significados que devem ser esclarecidos.

A noção de mito trabalhada aqui não é a de uma mentira ou uma falsidade, a validade de um mito não está em sua facticidade, mas sim em sua capacidade de transmitir uma mensagem intencional ao seu receptor. Em linguagem simples: o que importa na narrativa de um mito é sua moral, isto é, o que a narrativa tinha de valor para transmitir.

O conhecimento mítico advém de uma herança humana prioritariamente ORAL, isto é, muito antes que o ser humano inventasse a escrita para registrar sua história e suas reflexões, todo conhecimento acumulado por uma cultura era passado oralmente, de geração a geração, ensinando através dos tempos sobre o modo de vida, sobre a moral, sobre as regras, as obrigações e proibições de um povo.

Como todo povo no Planeta, os gregos tiveram como forma de conhecimento primitivo sobre a realidade, os seus mitos. As narrativas míticas gregas, como qualquer narrativa mítica, trazem aos ouvintes ou leitores as bases de sua cultura e também de sua subjetividade. Os mitos são basicamente estereótipos que expressam os arquétipos da psiqué humana: o bem e o mal, o certo e o errado, o belo e o feio são alguns exemplos desses arquétipos, mas existem muitos outros.

Como dizia, o conhecimento mítico tem origem e predominância especialmente na tradição oral dos povos, no caso da Grécia o mesmo também é verdade. Com a origem da escrita, aos poucos as tradições orais vão sendo transcritas para a nova técnica de comunicação e assim vai ganhando um novo aspecto de conhecimento estabelecido. Não é de se estranhar que é também do conhecimento ou linguagem mítico que vai surgir o pensamento religioso. A grande diferença entre o mito e a religião é que o mito oferece explicações para as coisas, para os eventos, para a natureza e para a condição humana.

Já a religião dogmatiza essas explicações em forma de doutrinas a serem seguidas, mas a base é a mesma.

Para saber mais sobre como a mentalidade mítica ainda persiste nos dias de hoje, ler o livro *Dialética do Esclarecimento*, de Theodor Adorno e Max Horkheimer.

A chamada MITOLOGIA GREGA é a compreensão que se tem modernamente do conjunto de narrativas que compuseram as origens da cultura grega e que todos os povos ocidentais herdaram com mais ou menos predominância. A chamada RELIGIÃO GREGA é o conjunto de doutrinas adotadas pelos diversos povos gregos tendo como base as suas narrativas míticas. Assim, a crença religiosa dos gregos antigos, as suas narrativas míticas e o conhecimento que se tinha da realidade vivida eram uma e mesma coisa.

Fazia parte do cotidiano do grego antigo acreditar que a colheita era fruto da ação de um certo deus e que os deuses estavam em sua morada no Monte Olimpo, e que suas oferendas e consultas aos oráculos eram uma forma de comunicação com as divindades. Além disso o sistema de moral grega antigo deveria ser um reflexo da ação dos heróis míticos: as narrativas trágicas de Hércules, de Perseu, de Aquiles, de Teseu, de Ulisses ou de Édipo eram ensinamentos morais sobre os mais diversos temas: a coragem, a redenção, o casamento, o destino, a humildade, o sacrifício etc.

As duas maiores narrativas míticas da cultura grega que alcança o mundo contemporâneo são as duas obras de Homero, a *Ilíada* e a *Odisséia*. Nessas obras são narradas respectivamente os acontecimentos da Guerra de Tróia e o retomo do grego Ulisses (ou Odisseu) para a ilha de Ítaca. Porém, além dessas duas narrativas, algumas versões escritas de outras narrativas clássicas gregas também sobreviveram ao mundo contemporâneo, alguns exemplos são: *Teogonia* e *Trabalhos e Dias* de Hesíodo; e *Édipo Rei* (em forma de peça de teatro) de Sófocles.

Ao futuro psicólogo é recomendado a leitura dessas narrativas, pois são as bases usadas por muito pensadores modernos, como Freud e Jung, para fazer interpretações sobre a psiquê humana.

Até aqui então se falou sobre o que são MITOS, narrativas que contam alguma coisa

sobre a realidade humana, trazendo uma explicação ou ensinamento sobre a moral ou sobre o modo correto de viver e entender a realidade natural e humana, que para os gregos não há muita distinção até esse momento. Mas o que o CONHECIMENTO MÍTICO traz sobre a CONDIÇÃO HUMANA?

O conhecimento mítico é basicamente metafórico ou alegórico, isto é, ele transmite um conhecimento sobre a condição de forma indireta. Uma narrativa fabulosa coloca o herói trágico em uma situação extraordinária e a maneira como esse herói irá conduzir sua vida irá demonstrar uma série de valores que indicam pela via emocional, por empatia, como todos os indivíduos ordinários devem se comportar. Essa é uma forma de entender a condição humana que parte de um ponto de vista paternal, supondo que se possa considerar todo um povo como tendo uma atitude infantil para com a compreensão da realidade. Essa é uma visão comteana e positivista sobre a condição humana, mas é uma interpretação válida se se quiser considerar a reflexão humana como um processo evolutivo e progressivo que sirva para entender a condição humana nos dias atuais.

O espírito humano de modo a explicar os fenômenos que se observam no universo, passa necessariamente por Três Estados (Três formas de concepção da realidade): **Teológico ou Fictício**: os fenômenos são explicados através de vontades de seres sobrenaturais e/ou transcendentes. O Estado Teológico pode ser dividido em 3 fases progressivas: - Animismo: também chamado de fetichismo, se caracteriza por dar aos objetos concretos da natureza vida e vontade própria, semelhantes a dos seres humanos. - Politeísmo: a vontade dos deuses possui controle absoluto sobre todas as coisas. - Monoteísmo: a vontade do Deus (único) controla todas as coisas e todos os acontecimentos. **Metafísico**: onde os fenômenos são explicados por meio de forças ocultas e/ou entidades abstratas. As abstrações personificadas substituem as

vontades sobrenaturais. **Positivo:** o espírito humano renuncia a busca das causas primárias e dos fins últimos, subordinando os fenômenos a leis naturais experimentalmente demonstradas. As causas absolutas (os porquês) e os fins (finalidades últimas) por serem inacessíveis ao exame científico, são substituídas pelas Leis Naturais que explicam como os fenômenos ocorrem. No estágio positivo procura-se descobrir as leis segundo as quais os fenômenos se encadeiam uns aos outros. (LALLEMENT, 2003, p. 76).

Pois bem, o pensamento mítico traz uma compreensão da condição humana de uma forma alegórica como sendo parte de um universo povoado por entidades sobrenaturais que interferem diretamente no seu cotidiano. E essas entidades sobre humanas são desde as forças da natureza, cuja expressão seriam a ira dos deuses, até as emoções humanas e os conflitos sofrendo a interferência e influência dos deuses em cada um dos eventos mais corriqueiros da vida cotidiana. Por isso a devoção dos gregos antigos aos seus rituais religiosos, seus oráculos e a tudo que assombra a realidade humana diante do desconhecido do cosmos (universo) e da phisis (natureza).

Sendo então essa forma de pensar (mítica) a predominante no mundo grego antigo, e que também era (ou é) a forma de pensar predominante em todas as outras culturas antigas, o que acontece de diferente para que surja uma forma de pensar diferente, que ponha um novo questionamento sobre a condição humana, dentre outros assuntos da realidade? Será o que os historiadores chamam de O MILAGRE GREGO, tema da aula dois.

Exercício:

Disserte criticamente entre 5 e 8 linhas sobre como é compreendida a condição humana num estado de pensamento que pode se considerar como sendo mítico.

Referências da aula 01:

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Aula 02

É uma regra geral das mitologias e das religiões que a principal questão sobre a condição humana que precisa ser sempre e urgentemente resolvida é a questão da mortalidade.

Não tem uma só mitologia ou religião no mundo que deixe de trazer uma explicação e um conforto sobre o que é a morte, o porquê da morte, porque ao se perguntar o porquê da mortalidade, inevitavelmente se está questionando o porquê da vida. A condição humana é a condição de estar vivo e de saber que se vai morrer. Esta inexorável certeza do destino é a fonte de todas as mitologias, religiões e crenças das mais variadas culturas. Obviamente isso era verdade na vida cotidiana dos gregos antigos.

Essa visão introduzida acima é essencialmente existencialista, especialmente na visão de Martin Heidegger e sua noção de Ser para a Morte. Para maiores aprofundamentos ler SER E TEMPO, editora Vozes.

A busca de uma resposta sobre o porquê da mortalidade leva a visões prioritariamente míticas ou mitológicas e religiosas (dogmática), mas a partir de certo momento as preocupações sobre esse tema avançam para outras questões que começaram a angustiar alguns homens específicos. O foco sobre o porquê da vida e da mortalidade transita levemente para os porquês dos eventos da natureza, o que não exclui os questionamentos anteriores apenas os amplia.

Uma preocupação desses primeiros pensadores ou pensadores originários era buscar novas respostas para os questionamentos sobre a realidade natural e humana (que para os gregos não havia diferença). Essas novas respostas deveriam necessariamente fugir do que havia antes, no caso a mitologia e religião vigentes na época. Essa nova visão sobre o cosmos pretendia ser revolucionária e carregada de um novo sentido mais racional e exato.

Assim nascia a Filosofia, uma forma de pensar sobre a realidade (humana e natural) que é junção de duas palavras em grego: Philos (amor) e Sophia (saber ou sabedoria). Filosofar então é a prática do amor ao saber e amar o saber significa não parar de perguntar sobre a verdade das coisas. Com isso se inicia uma tradição de questionar muito mais relevante que as respostas que são produzidas.

Os primeiros filósofos foram grandes questionadores da natureza, por isso chamados

também de físicos (phifis = natureza) ou filósofos da natureza, e que com seus *insights* sobre os fenômenos da natureza até hoje trazem contribuições para as ciências naturais. Exemplo: a ideia do átomo, a ideia de elemento fundamental e a ideia de electromagnetismo.

Alguns nomes são conhecidos, tais como Tales de Mileto, Parmênides de Elea e Heráclito de Éfeso. Respectivamente o primeiro filósofo, de acordo com a historiografia canônica da filosofia ocidental; o primeiro representante do pensamento racionalista e idealista; e o primeiro representante do relativismo.

Suas frases mais conhecidas são, respectivamente: “tudo é água”(é o elemento fundamental da existência e do cosmos); “o ser é e o não ser não é”(traduzindo: todas as coisas são uma mesma coisa e o movimento e a disparidade são ilusões dos sentidos); e “nunca se banha duas vezes no mesmo rio”(tudo flui, isto é, a mudança é constante).

Neste contexto de lenta aparição da filosofia, pode-se deduzir que a reflexão sobre a condição humana se resume a sua pertença à natureza. Como foi dito antes, realidade humana e natureza para estes gregos antigos não são coisas diferentes. Assim, durante dois séculos (VII a V a.c.) o que predominou foi o que os historiadores chamam de Milagre Grego, pois foi o momento em que o Mito e a Religião foram enfim questionados por uma nova forma de pensa inédita no mundo, a Filosofia. A convivência dessas três formas de pensar persiste até os dias de hoje, mas é a filosofia que expressa com muito mais fidelidade o caráter questionador e problemático do ser humano ocidental, mesmo dentro das crenças religiosas mais sofisticadas da atualidade.

Passado esse período de origem da filosofia ocidental, o que se viu foi na reflexão sobre a condição humana neste momento e que se pode acrescentar é que essa ligação com a natureza provavelmente gerava uma mentalidade até certo ponto holística, pois o indivíduo estaria ligado e pertencente a um todo que era o cosmos, incluindo aí ainda a presença dos deuses e mitos que ainda existem como parte da cultura e religião popular.

Mas a reflexão caminha junto com a sociedade, e a sociedade grega caminhava para uma transformação de mentalidade ainda maior ao longo dos séculos VII e V a.c. No século V a.c. alguns eventos históricos fizeram ascender a cidade de Atenas como centro político e cultural do mundo grego.

Mesmo nunca tendo sido um país, mas sim um conjunto de cidades estado independentes que disputavam entre si pela hegemonia na região, vivendo em certo

equilíbrio; após a guerra contra os persas, Atenas passou a liderar uma espécie de confederação, que serviria para proteger a Grécia de uma nova e provável invasão dos persas.

Para uma visão cinematográfica sobre essa rivalidade entre os gregos antigos e o Império Persa, ver os filmes 300, que conta da 2ª tentativa dos persas, e Alexandre, que mostra como os gregos, liderados por Alexandre - o Grande, conseguem reverter a rivalidade e invadem a Pérsia.

Essa posição de hegemonia de Atenas proporcionou a cidade uma grande evolução do ponto de vista artístico, econômico e principalmente político. É neste momento que surge em Atenas o sistema político chamado de DEMOCRACIA. A democracia ateniense era um sistema político em que todos os cidadãos participavam diretamente das decisões que afetam a vida social da cidade.

Uma nota sobre a democracia grega. Diferente da democracia atual, era participativa ao invés de representativa, isto é, os cidadãos participavam diretamente das decisões sobre a cidade. Na democracia moderna, a população elege representantes para tomar estas decisões. Pode-se supor que deveria ser fácil dedicar o tempo como cidadão praticando a política, pois haviam escravos povando a cidade e fazendo os trabalhos que moviam a economia da mesma. Além disso, os habitantes da cidade que eram considerados cidadãos eram apenas os homens nascidos em Atenas e já na maioria, então na verdade eram uma parcela pequena da população que realmente participava da democracia.

Por si só revolucionário, os sistema democrático de Atenas proporcional o verdadeiro

nascimento da reflexão filosófica sobre a condição humana. O ambiente cultural e político atraía todos os pensadores gregos para Atenas. E o modelo vida pública dos cidadãos estimulava um modelo de pensamento e expressão que são a base do se entende hoje como o debate político, acadêmico e ideológico.

Neste contexto de discussão sobre vários problemas prioritariamente humanos: a vida na cidade, surge um novo tema de pensamento dentro os pensadores da época: a condição humana. De início, a situação política de Atenas atraiu pensadores que a história classifica como Sofistas. Este professores de oratória e retórica ensinavam em troca de pagamento a arte de bem falar e de convencer pela palavra a quem quisesse e pudesse se tornar um político influente na cidade.

Essa prática profissional professoral é muito mais semelhante ao que se entende hoje como livre iniciativa. Eram profissionais com um serviço a oferecer e cobravam pelo atendimento deste serviço. Mas os olhos da história da filosofia, especialmente após a predominância de Sócrates, Platão e Aristóteles, transformam esses professores em mercenários do conhecimento, mais preocupados em ensinar os demagogos a arte de convencer as massas, do que de realmente buscar a verdade sobre a condição humana.

No entanto, a visão dos Sofistas pode ser considerada eminentemente HUMANISTA e RELATIVISTA, pois como pode ser expresso pelos seus mais conhecidos representantes, Górgias e Protágoras: "Não há verdade a ser conhecida. Se houver verdade, não pode ser conhecida. Se puder ser conhecida, não pode ser transmitida." Então, tudo se resume à linguagem e arte de proferir o discurso mais bem elaborado que leve a persuasão do ouvinte.

"O homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são." Quer dizer que toda compreensão da realidade depende da visão de quem pensa a respeito dessa realidade. O que é uma visão claramente relativista e humanista, mas num sentido mitigado, que alguns autores não enxergam como sendo relativismo, pois é uma expressão geral dessa visão de que para haver conhecimento é preciso quem reflita sobre o assunto.

Assim, essa visão dos Sofistas sobre a condição humana é a primeira dessa fase da filosofia grega, chamada de antropológica. A reflexão sobre a condição humana nesse momento se concentra num modelo de antropocentrismo centrado na política, isto é, tudo que se refere sobre a vida das pessoas só pode ser resolvido pelas próprias pessoas via

debate político. Isso se distancia da visão mitológica e religiosa que foi tratada na aula um; como também sai da visão naturalista e cosmológica da primeira fase da filosofia grega.

Essa primeira fase chamada, por sinal, de pré-socrática é o que antecede a fase clássica da filosofia grega. Em conjunto com esse momento antropológico da filosofia, surge o que é chamado pelos historiadores de fase socrática da filosofia, cuja figura central é Sócrates.

Sócrates foi um cidadão ateniense no mais pleno dos termos. Participou da vida pública da democracia de Atenas, lutou na guerra contra os persas e dedicou sua vida a uma busca incansável pela verdade. A verdade que ele buscava não era algo de genérico, mas sim uma verdade sobre a conduta humana, sobre os valores e virtudes que eram tão caras à vida do cidadão grego. Ele questionava seus interlocutores sobre o que é a coragem, sobre o que é a justiça, sobre o que é amor e sobre o que é o sentido da condição humana.

Sócrates não deixou nada escrito e tudo que se tem para interpretar a maneira como ele refletia sobre a condição humana está nos escritos de seus seguidores e rivais; desses o principal é Platão, seu maior e mais brilhante discípulo. As bases da filosofia ou antropologia socrática são a virtude e a busca da verdade através do diálogo livre e público com quem quer que fosse: aluno seu, escravo, soldado, nobres e generais. O seu estilo de questionamento, que também dá origem às bases da PSICOLOGIA e terapia de autoconhecimento, aliás uma das conclusões mais claras da filosofia socrática é a de que o único conhecimento possível sobre a realidade humana é justamente o conhecimento de si mesmo. A frase "conhece-te a ti mesmo", lema presente nos pórticos do oráculo de Delfos, é exatamente um dos lemas conhecidos sobre Sócrates, que reproduzia esse dizer, lembrando a todos que na verdade "só sabia que nada sabia" ("só sei que nada sei"). Isto quer dizer que o conhecimento mais elementar que se pode ter de si mesmo é reconhecer a própria ignorância sobre o mundo, sobre a verdade e sobre si mesmo.

Esse caminho de aprendizado via diálogo foi chamado posteriormente de Método Socrático que consiste na produção do reconhecimento da ignorância por parte do interlocutor, chamada de IRONIA. E depois a possibilidade do mesmo desenvolver ideias próprias, livres de pré concepções e com maior profundidade sobre o assunto em questão, chamada de MAIÊUTICA (ou parto de ideias).

Assim, o que era a condição humana para Sócrates? Pode-se especular com segurança

que devia ser uma situação de questionamento e abertura constantes em busca da verdade, sempre insatisfeito e ávido dialogador sobre todas as ditas verdades e certezas. Essa é uma condição humana nada confortável em uma sociedade que anseia por segurança e certezas. Provavelmente por isso, Sócrates foi condenado e morto pela sociedade ateniense, que como muitas sociedades, mesmo livres e democráticas, não suportam uma voz que leva as pessoas, especialmente os jovens, a pensar de maneira não ORTODOXA (igual a opinião geral).

Para uma visão alegórica moderna sobre a noção de "conhece-te a ti mesmo", como também sobre o texto "Alegoria da Caverna", que será visto a seguir quando se falará sobre Platão, ver ou rever o filme "Matrix" (1999).

Platão foi o principal e mais brilhante seguidor de Sócrates. Poderia se falar de aluno, mas a ideia corrente da expressão não esclarece realmente o papel da relação mestre e pupilo que devia acontecer naquela época. Não havia um propósito final na relação professor-aluno, pois não havia uma graduação ou provas e notas, apenas a constante busca da verdade. O relacionamento professor-aluno de hoje é muito mais parecido com a relação entre Sofistas e seus clientes.

Platão representa a solidificação da forma de pensar denominada de FILOSOFIA, pois foi ele que deixou por escrito, através de seus diálogos, os principais questionamentos feitos por Sócrates. Além disso expandiu a forma de pensar socrática em textos (também diálogos) em que o próprio Platão desenvolve novas teorias sobre a condição humana.

Do humanismo e antropologia socráticas ficou a reprodução de sua metodologia de autoconhecimento: a Ironia e a Maiêutica, porém de maneira estática no texto escrito. Com essa técnica de escrita Platão desenvolveu suas teorias sobre o conhecimento humano, sobre a realidade extrasensória e sobre a política. Como foi apresentado anteriormente, a realidade do indivíduo grego e ateniense era basicamente uma realidade de vida política, de cidadão participante dos problemas e questões públicas. Assim, toda TEORIA DO CONHECIMENTO de Platão estava envolvida por sua TEORIA DO MUNDO DAS IDEIAS (que é uma Metafísica) e estas interferiam diretamente no modo como sua TEORIAPOLÍTICA se desenvolvia na vida prática.

De forma sintética a reflexão sobre a condição humana em Platão deve ser vista como

uma forma de ascensão do ser humano de um estado mais animal ignorante, prisioneiro de seus sentidos físicos, para um estado mais consciente e esclarecido, baseado no intelecto, que contempla não as ilusões do sentidos, mas sim as verdades dos conceitos verdadeiros. Vê-se que o conhecimento é uma atividade do intelecto, daí uma teoria do conhecimento baseada na mente reflexiva, no autoconhecimento e que exercita a DIALÉTICA. Esta atividade mental faz o ser humano deixar de lado as coisas sensíveis e se dedicar ao que está fora do mundo sensível, as IDEIAS, daí uma metafísica; e finalmente, refletindo sobre o mundo e sobre sua vida neste estado contemplativo, enxergará o verdadeira e justo comportamento na vida em comunidade, praticando na POLÍTICA a arte da conduta adequada, isto é, fazendo o BEM porque conhece o BEM.

Na história da filosofia ocidental não há texto mais conhecido do que a Alegoria (ou Mito) da Caverna. Nele, Platão apresenta de modo metafórico a sua visão sobre o mundo, o homem, a educação e a filosofia. Daí que há uma grande responsabilidade nas mãos daqueles que conhecem a verdade, pois devem conduzir à verdade aqueles não a conhecem. A condição humana em Platão pode muito bem ser resumida pela reprodução dessa obra que consta no seu livro A República, que tem como tema central a JUSTIÇA.

A reprodução a seguir foi extraído do livro de Marilena Chauí, Convite à Filosofia:

MITO DA CAVERNA- PLATÃO

Imaginemos uma caverna separada do mundo externo por um alto muro. Entre o muro e o chão da caverna há uma fresta por onde passa um fino feixe de luz exterior, deixando a caverna na obscuridade quase completa. Desde o nascimento, geração após geração, seres humanos encontram-se ali, de costas para a entrada, acorrentados sem poder mover a cabeça nem locomover-se, forçados a olhar apenas a parede do fundo, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do Sol, sem jamais ter efetivamente visto uns aos outros nem a si mesmos, mas apenas sombras dos outros e de si mesmos porque estão no escuro e imobilizados. Abaixo do muro, do lado de dentro da caverna, há um fogo que ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que se passam do lado de fora sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna. Do lado de fora, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres e animais cujas sombras também são projetadas na parede da caverna, como num teatro de fantoches. Os prisioneiros julgam que as sombras de coisas e pessoas, os sons de suas falas e as imagens que transportam nos ombros são as próprias coisas externas, e que os artefatos projetados são seres vivos que se movem e falam. Os prisioneiros se comunicam, dando nome às coisas que julgam ver (sem vê-las realmente, pois estão na obscuridade) e imaginam que o que escutam, e que não sabem que são sons vindos de fora, são as vozes das próprias sombras e

não dos homens cujas imagens estão projetadas na parede; também imaginam que os sons produzidos pelos artefatos que esses homens carregam nos ombros são vozes de seres reais. Qual é, pois, a situação dessas pessoas aprisionadas? Tomam sombras por realidade, tanto as sombras das coisas e dos homens exteriores como as sombras dos artefatos fabricados por eles. Essa confusão, porém, não tem como causa a natureza dos prisioneiros e sim as condições adversas em que se encontram. Que aconteceria se fossem libertados dessa condição de miséria? Um dos prisioneiros, inconformado com a condição em que se encontra, decide abandoná-la. Fabrica um instrumento com o qual quebra os grilhões. De início, move a cabeça, depois o corpo todo; a seguir, avança na direção do muro e o escala. Enfrentando os obstáculos de um caminho íngreme e difícil, sai da caverna. No primeiro instante, fica totalmente cego pela luminosidade do Sol, com a qual seus olhos não estão acostumados. Enche-se de dor por causa dos movimentos que seu corpo realiza pela primeira vez e pelo ofuscamento de seus olhos sob a luz externa, muito mais forte do que o fraco brilho do fogo que havia no interior da caverna. Sente-se dividido entre a incredulidade e o deslumbramento. Incredulidade porque será obrigado a decidir onde se encontra a realidade: no que vê agora ou nas sombras em que sempre viveu. Deslumbramento (literalmente: ferido pela luz) porque seus olhos não conseguem ver com nitidez as coisas iluminadas. Seu primeiro impulso é o de retornar à caverna para livrar-se da dor e do espanto, atraído pela escuridão, que lhe parece mais acolhedora. Além disso, precisa aprender a ver e esse aprendizado é doloroso, fazendo-o desejar a caverna onde tudo lhe é familiar e conhecido. Sentindo-se sem disposição para regressar à caverna por causa da rudeza do caminho, o prisioneiro permanece no exterior. Aos poucos, habitua-se à luz e começa a ver o mundo. Encanta-se, tem a felicidade de finalmente ver as próprias coisas, descobrindo que estivera prisioneiro a vida toda e que em sua prisão vira apenas sombras. Doravante, desejará ficar longe da caverna para sempre e lutará com todas as suas forças para jamais regressar a ela. No entanto, não pode evitar lastimar a sorte dos outros prisioneiros e, por fim, toma a difícil decisão de regressar ao subterrâneo sombrio para contar aos demais o que viu e convencê-los a se libertarem também. Que lhe acontece nesse retorno? Os demais prisioneiros zombam dele, não acreditando em suas palavras e, se não conseguem silenciá-lo com suas caçoadas, tentam fazê-lo espancando-o. Se mesmo assim ele teima em afirmar o que viu e os convida a sair da caverna, certamente acabam por matá-lo. Mas, quem sabe alguns podem ouvi-lo e, contra a vontade dos demais, também decidir sair da caverna rumo à realidade. O que é a caverna? O mundo de aparências em que vivemos. Que são as sombras projetadas no fundo? As coisas que percebemos. Que são os grilhões e as correntes? Nossos preconceitos e opiniões, nossa crença de que o que estamos percebendo é a realidade. Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna? O filósofo. O que é a luz do Sol? A luz da verdade. O quê é o mundo iluminado pelo sol da verdade? A realidade. Qual o instrumento que liberta o prisioneiro rebelde e com o qual ele deseja libertar os outros prisioneiros? A Filosofia. (Marilena Chauí - Convite a Filosofia)

Aristóteles pode ser considerado o ápice da fase clássica da filosofia grega que começa com Sócrates, por isso se chama também de fase socrática, passa por Platão e culmina no filósofo estagirita (que veio da cidade de Estagira na Macedônia). Este ápice acontece muito por conta da própria filosofia de Aristóteles, pois ele conta a história da filosofia desde dos pré-socráticos até chegar a ele como sendo justamente aquele que fez a grande síntese do conhecimento acumulado.

Sua contribuição vai muito além da filosofia, pois ele é o iniciador e sistematizador das principais ciências da natureza e das humanidades. Suas preocupações com a forma e a linguagem na construção do conhecimento fizeram-no criar a LÓGICA. Seu interesse pela natureza fizeram-lhe engendrar a FÍSICA, a QUÍMICA e a BIOLOGIA. Os temas transcendentes da condição humana o fizeram construir a METAFÍSICA. E o contexto humano de política e cidadania fizeram trabalhar a ÉTICA, a POLÍTICA e o DISCURSO (retórica e poesia).

Como só se pode extrair um segmento de sua obra para falar aqui da reflexão sobre a condição humana, destacar-se-á na sua METAFÍSICA as noções de substância, as quatro causas e sua explicação para o problema da mudança (tema recorrente desde Parmênides e Heráclito, vistos na aula um) através dos conceitos de Potência e Ato.

Todo ente tem uma substância. Essa substância é sua essência que o define e o diferencia dos outros entes. É mais um problema linguístico que metafísico, mas pode-se resumir com a ideia de que para o ente homem a substância que o diferencia é a sua finalidade. Isto é, ao ser comparado com os outros animais, a razão faz do ser humano capaz de ter uma finalidade em si mesmo. Evidentemente há muitos outros diferenciadores que podem ser colocados como substância/essência do ser humano, mas ele se concentrou neste aspecto da razão e da finalidade.

A escolha de Aristóteles por teorizar a substância do ser humano como sendo sua finalidade, está ligada a sua teoria das quatro causas. Para o filósofo, toda substância tem quatro causas: material, formal, eficiente e final. A causa material é a matéria de que o ente é feito. A causa formal é a sua forma, como por exemplo o corpo humano (a forma humana). A causa eficiente seria as habilidades ou capacidades de um ente, por exemplo a possibilidade de uma ferramenta fazer o que faz. E a causa final é a finalidade do ente, no caso de um objeto, o porquê dele ter sido fabricado; e no caso do ser humano ser um

fim em si mesmo.

Esta interpretação da condição humana a partir das quatro causas tem influência direta na ÉTICA FINALISTA de Aristóteles, que não é objeto aqui de estudo, mas se resume na ideia de que a conduta humana guiada pela busca da FELICIDADE, fim (finalidade) do ser humano.

Finalmente, para entender a condição humana em Aristóteles, resta a teoria do ATO e POTÊNCIA. Nesta, assim como todas as substâncias que existem, há um fluxo de movimento que não pode ser explicado com uma noção de essência ao estilo da Teoria das Ideias de Platão, ou da Unidade em Parmênides. Porém, reconhecer o fluxo, como em Heráclito, não é suficiente. Então o que é o movimento ou transformação? Especialmente em se tratando da condição humana?

Aristóteles afirma que em toda situação presente ou atual de um ente qualquer (no caso do ser humano) há sempre a potencialidade de sua essência/substância vir a acontecer (vir a ser ou devir). Assim, em uma semente de árvore, que é o ATO (a semente), há a POTÊNCIA de uma árvore completa. A essência está lá presente, só que ainda não se tornou ATUAL, é apenas uma POTENCIALIDADE. Logo, para a condição humana o mesmo se repete, apenas com o detalhe de que a POTÊNCIA HUMANA é sempre maior que o ATO, quase ilimitado. Isso também está ligado ao fato da substância humana ser sua finalidade (e sua ética ser finalista), pois há sempre o potencial humano da transformação e da mudança.

Enfim, vê-se que a condição humana em Aristóteles está na combinação das interpretações de suas diversas áreas do conhecimento, mas que se convergem para uma noção de ser humano que é ético, no sentido de buscar sua finalidade (a felicidade) num contexto substancial de constante potencial para a autorrealização ética. É claro que para o contexto social da vida de Aristóteles isso significava basicamente dedicar sua vida para a FILOSOFIA e/ou para a POLÍTICA/CIDADANIA.

Esse foi o contexto da filosofia grega clássica e o que se pode ver de mais geral é que houve uma ascensão da atenção à figura humana (um tipo de antropocentrismo, mas mais centrado na cidadania) e que esta condição tanto socialmente quanto esteticamente demonstram traços únicos da história ocidental, do qual todas as épocas posteriores são meros tributários, seja para elogiar seja para criticar.

Exercício:

Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como é compreendida a condição humana no período da filosofia grega denominado de socrático ou antropológico (vai dos Sofistas até Aristóteles).

Referências da aula 02:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena P. Martins. Filosofando: Introdução à Filosofia. 3^a ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2006.

Aula 03

Há um período de transição a ser considerado aqui antes de se entrar na reflexão da condição humana no período medieval (europeu). Após da expansão da cultura grega (ou HELENISMO) pelo oriente por conta das conquistas de Alexandre - o grande, e logo depois de sua morte, o também desaparecimento de Aristóteles, que tinha sido seu professor, há um vácuo de grandes filósofos do porte de Platão e Aristóteles.

Aparecem nesta época teorias e filósofos “menores”, mas que ajudam a entender esse período pré cristão, como também o ajudam a construir. Destacam-se as filosofias céticas, com muito influência socrática na prática do questionamento contínuo em busca da verdade. Os principais nomes foram Pirro e Sexto Empírico. Nestes a condição humana continua a ser centrada no ser humano como questionador insatisfeito, semelhante ao que foi em Sócrates.

Também de influência socrática, mas bem menos presente nos meios intelectuais, houve a filosofia cínica, cujo o principal representante, Laerte, era uma figura quase folclórica, que renunciara aos bens materiais e buscando viver com o mínimo possível.

Voltado mais para a ética dos pré-socráticos, Epicuro foi um pensador famoso por teorizar uma vida voltada para o prazer (o HEDONISMO), sendo que esse prazer seria a ausência de dor. Nesta filosofia epicurista já há uma influência de uma espécie mitigada de individualismo e espiritualismo que começavam a ser influentes numa Grécia já não mais centrada nas cidades estado (como era na época socrática), mas sim num mundo mais cosmopolita, tanto por conta das conquistas de Alexandre quanto pela chegada do Império Romano.

Com a combinação da cultura grega com a romana, a principal linha filosófica que ascende é o ESTOICISMO. Os filósofos Estóicos se dedicavam a responder questões sobre as angústias pessoais humanas diante de um mundo (Império Romano) grandioso e assustador. A principal mensagem era a de RESIGNAÇÃO diante das dificuldades da vida. Não se devia alterar os estados emocionais nem por causas negativas ou positivas. Assim era principalmente uma ética humana, com um toque idealista, provavelmente de influência platônica e um finalismo de influência aristotélica. Os principais representantes foram o senador Sêneca, o imperador Marco Aurélio e o escravo Epiteto.

Por fim, havia também o movimento neo-platonista, que resgatava as ideias de Platão sob o novo contexto do Império Romano em expansão. Seu principal representante foi Plotino,

cujo leitor futuro mais importante foi Agostinho de Hipona (o Santo Agostinho). Quem também foi influenciado pelo neo-platonismo e pelo estoicismo foi Paulo de Tarso (o São Paulo).

Para uma visão panorâmica sobre este período de transição do mundo grego e romano para o mundo cristão ver os seguintes filmes em ordem: Alexandre (2004); Cleópatra (1963) e Alexandria ou Ágora (2009).

Estabelecido um contexto em que a condição humana era refletida a partir de um ponto de vista individualista e espiritualista ao mesmo tempo, o advento do cristianismo nesta época surge como uma resposta espiritual, mas que ao mesmo tempo integra os indivíduos a uma comunidade sagrada. Uma comunidade sagrada especialmente voltada para os pobres e doentes. Daí a rápida popularização do cristianismo pelas entranhas e subterrâneos do Império Romano. Essa religião neo-judaica trazia conforto aos sofridos do império, prometendo a salvação via ressurreição ao lado de um deus homem, isto é, um deus humanizado e tão sofrido quanto aqueles que o seguem.

Esse apelo fez do cristianismo uma religião primeiro ignorada por Roma, depois perseguida, a seguir foi tolerada e por fim se tornou oficial e praticamente obrigatória. O estudo sobre a condição humana deixa de ser ANTROPOCÊNTRICO e passa a ser cada vez mais TEOCÊNTRICO. Isso quer dizer que cada vez mais, ao longo dos quatro primeiros séculos do cristianismo, o foco central para se compreender os porquês da vida humana passa a ser os desígnios divinos e não mais as ações humanas.

Agostinho de Hipona (o Santo Agostinho) foi o mais importante representante da filosofia cristã (ou TEOLOGIA). A filosofia dele pode ser sintetizada para os propósitos dessas notas de aula como sendo uma metafísica platônica de cunho prioritariamente ético, pois ao passar boa parte da vida pré sacerdócio buscando respostas para as questões da condição humana teve como principal influência a filosofia neo-platônica. E como a maior parte de sua teologia se dedica a indicar os caminhos de como alcançar a graça divina (isso já após conversão e dedicação à Igreja), se torna um estudo da conduta: uma ética.

A submissão à graça (ou vontade) divina é na situação humana do fiel a grande missão da vida de qualquer pessoa que anseie a salvação. A onipresença divina garante que Deus já sabe tudo que se irá fazer em vida, assim suas escolhas livres (o LIVRE

ARBÍTRIO) são a fonte apenas de uma coisa: o mal. Quando se segue a vontade de Deus é a graça divina que age na vida do sujeito. Mas quando se escolhe fazer algo contrário a essa vontade, o sujeito age por si só, gerando os males do mundo.

Essa formulação teórica foi também em Agostinho uma resposta às filosofias maniqueístas, das quais ele mesmo fez parte quando antes de sua conversão, e que dizia que a origem do mal também está em Deus, já que o mesmo é onipotente e criou todas as coisas do universo.

Para Agostinho a meta ideal da conduta humana é a contemplação da verdade cristã e todas as outras atividades humanas são distrações a isso. Daí que serão salvos aqueles que realmente se dedicarem à contemplação religiosa, mesmo os arrependidos e convertidos tardiamente, como ele próprio (com 42 anos após anos de vida mundana). Assim a condição humana na época MEDIEVAL CRISTÃ pode ser resumida numa constante situação de submissão e contemplação da transcendência divina, o que posteriormente criará também uma mentalidade amedrontada e cheia de culpa por causa das escolhas livres feitas e que levam a origem do mal e do pecado, que afasta o fiel de Deus e da salvação.

Para maior aprofundamento sobre a vida e a filosofia de Agostinho de Hipona, sugere-se ler o livro CONFISSÕES de autoria do próprio filósofo, onde ele conta sua própria trajetória antes, durante e depois da conversão. Assim como sugere-se assistir ao filme SANTO AGOSTINHO (1972), disponível pelo link: <http://www.youtube.com/watch?v=60EWOtNxNU0>.

Tomás de Aquino é o representante maior da filosofia cristã chamada de Escolástica, que surgiu nas universidades sob o comando do clero já nos fins da Idade Média (entre os séculos XI e XVI). Passaram-se mais de 600 anos desde o estabelecimento da Teologia como foco central do pensamento ocidental, principalmente pela contribuição de Agostinho. O teocentrismo e a força da instituição religiosa cristã oficial, que agora acumulava todo poder político herdado do Império Romano, tinham trazido para a condição humana uma situação de submissão à fé e ao medo e culpa constantes das ações pecadoras dos seres humanos.

Porém, o contato crescente dos europeus medievais, via comércio ou via cruzadas, além das doenças (a peste negra p.ex.) e do sofrimento diário do povo, fez-se surgir novos espíritos questionadores.

Esses novos filósofos escolásticos não eram contra a Igreja, inclusive isso seria heresia (um CRIME), mas começaram a buscar novas respostas e novas fontes de estudo para os questionamentos da fé presentes naquele novo milênio nascente.

Foi em Aristóteles que se encontrou uma nova força impulsionadora da teologia cristã nesse novo momento. Foi através de Tomás de Aquino que a Europa medieval conheceu o estagirita, que fora antes resgatado pelos árabes que tomaram o norte da África no período medieval e por isso entraram em contato com o pensador, especialmente com as obras guardadas em Alexandria, Egito.

Assim, do mesmo modo que Agostinho tinha “cristianizado” Platão, Tomás de Aquino tinha feito o mesmo com Aristóteles. O que foi resgatado para construir a reflexão sobre a condição humana na época medieval tardia? A base da metafísica aristotélica foi preservada (as quatro causas, a substância e dupla potência e ato), porém agora totalmente interpretada sob o ponto de vista da fé cristã.

A substância que rege o universo é a substância divina, que é o motor imóvel e causa primeira de todos os outros eventos do universo. Não há dúvida que pouco resta para a condição humana que ser a criatura principal dessa sucessão de movimentos a partir da vontade de Deus. A ética consequente dessa metafísica é a mesma de Agostinho: o ser humano é a substância da criação divina, que deve seguir a graça de Deus, ou se for contra a mesma, via livre arbítrio, sofrer os males advindos dessa atitude ignorância. Esse é um princípio platônico básico que vinha sendo reproduzido desde Agostinho: age-se MAL por se desconhecer o BEM.

Enfim, as preocupações de Tomás de Aquino estão na necessidade de reafirmar a FÉ sobre a RAZÃO, pois esta deve estar a serviço daquela. E assim a condição humana continua a ser a condição da contemplação do divino, com a culpa pelo pecado, o medo do acaso ou do desconhecido (a morte, a doença, a dor, o futuro etc). Mas a reflexão sobre a CONDIÇÃO HUMANA no ocidente está para ficar muito mais complicada.

Exercício:

Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como é compreendida a condição

humana no período da filosofia cristã, também chamada de MEDIEVAL.

Referências da aula 03:

AGOSTINHO. Confissões. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena P. Martins. Filosofando: Introdução à Filosofia. 3^a ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2006.

Aula 04

Finalmente a MODERNIDADE. O que é a modernidade? Pode-se apresentar a noção de moderno como sendo o novo, a novidade, a renovação. O que a Era Moderna renova é a mentalidade em relação a Era Medieval, uma mentalidade considerada obscurantista e cheia de negação da liberdade humana de pensamento, por conta da dominação religiosa. É claro, isso se refere ao mundo europeu.

Para a história a época moderna começa em 1452, com a queda de Constantinopla. Essa cidade, que hoje é Istambul na Turquia, era o ponto de encontro comercial entre a Ásia e a Europa, mas sua tomada pelo império turco-otomano passou a impedir esse comércio, o que dá origem, do ponto vista histórico, a uma nova era, pois o ocidente precisava de uma nova saída para o comércio. Mas bem antes disso, uma nova mentalidade estava começando a surgir na Europa.

Nos fins do século XIV o pensamento renascentista já aparecia nas artes plásticas. A religião ainda impregnava a expressão artística, mas uma nova valorização da figura humana surgia e crescia com força. Artistas como Leonardo Da Vinci e Michelangelo trabalhavam e pressentiam a vanguarda de um novo pensamento antropocêntrico. O que o Renascentismo representa é justamente o retomo dos valores humanistas do mundo grego e romano antigo. O cristianismo continuava predominando como ideologia religiosa, mas o pensamento livre do indivíduo começava a surgir como possível.

Enquanto a história caminha para a modernidade com a expansão marítima, a reforma protestante, a ascensão da burguesia e outros fatores sociais e humanos, a reflexão filosófica sobre a condição humana também avançava. Pensadores como Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã e Thomas Morus representaram o pensamento humanista moderno, tratando de questões políticas e sociais, principalmente, foram o começo do caminho.

Outra grande influência para este momento foi a revolução científica promovida por homens como Nicolau Copérnico, Galileu Galilei e Isaac Newton. O grande desafio era buscar uma verdade racional independente das afirmações dogmáticas da Igreja, pois durante toda Idade Média a verdade sobre a condição humana era ditada pela religião, e o novo contexto de descobertas científicas não permitia mais isso.

É no século XVII que de fato começa o que a filosofia entende como pensamento moderno. Na Inglaterra surge o pensamento EMPIRISTA, que teoriza que o conhecimento

só pode ser estabelecido pela experiência sensível. Francis Bacon foi seu iniciador, mas o seu principal representante foi John Locke. Já na França, o pensamento que surge é o que será chamado de RACIONALISTA e o seu principal representante foi RENÉ DESCARTES.

Como típico filósofo da modernidade, seu principal questionamento é como garantir que o conhecimento que se tem da realidade é verdadeiro. Para Descartes, a filosofia escolástica, predominante na época, não dava mais respostas satisfatórias para essas questões. Apelar para as escrituras para garantir a verdade, não dava mais conta das descobertas da ciência. Então, como garantir a verdade do conhecimento?

As respostas oferecidas por Descartes são a base da filosofia moderna e trazem os elementos centrais para se entender a reflexão sobre a condição humana na época moderna e também contemporânea.

Como garantir que o conhecimento que se tem sobre algo é verdadeiro? Descartes vai afirmar na forma de dúvida: as leis da sociedade não são garantia de conhecimento verdadeiro, pois mudam de país para país. Isso vale também para as tradições e costumes dos povos. Não se pode confiar também nos sentidos (preferência dos empiristas), pois os sentidos enganam o conhecimento. Os sentidos causam ilusões, vê-se o que não existe, ouve-se sons que não são exatamente aqueles, tem-se calor no frio e frio no calor.

Esse método para se buscar a verdade é chamado de MÉTODO DA DÚVIDA ou DÚVIDA HIPERBÓLICA. Sendo as leis e costumes e os sentidos não confiáveis para garantir a verdade do conhecimento, Descartes passa a buscar na mente a fonte para a verdade. A razão deve ser a fonte da verdade do conhecimento. O que pode expressar a razão? Como bom matemático, Descartes afirma que é a MATEMÁTICA. Os objetos da matemática são pura razão, pois não existem no mundo sensível. São criações puramente racionais e representariam os reais movimentos da mente.

Assim, Descartes teria encontrado na matemática o que ele chamou de conhecimentos ou IDEIAS CLARAS e DISTINTAS, indubitáveis. Porém, isso não o satisfaz, pois ele conseguiu formular um experimento mental no qual pode supor que, se existisse um GÊNIO MALÍGNO que o fizesse acreditar que o conhecimento da matemática é verdadeiro, quando de fato não é, então também não poderia confiar na razão matemática.

O que restava para duvidar, então? A própria dúvida! Descartes imagina se é possível

duvidar da própria dúvida e vê que isso é impossível, pois ao duvidar da dúvida está automaticamente duvidando novamente. É assim que René Descartes constrói o seu famoso COGITO CARTESIANO. Para ele, sempre que EU duvido, EU penso, e se EU penso, logo EU existo. Pensar é a garantia da existência (Penso, logo existo. Em latim: *cogito, ergo sum.*). Com isso Descartes consegue descobrir uma IDEIA CLARA E DISTINTA, da qual não se pode duvidar.

O caminho ou metodologia escolhido por Descartes para chegar a esta conclusão, levo também a reafirmar o resto da realidade como possível de existência, já que sobre sua existência não há como duvidar enquanto pensa. Outra consequência é a primazia da mente sobre o corpo. Já que a existência é afirmada pela mente (a razão que é o cogito ou EU pensante), então o corpo é apenas o local das ilusões do sentidos. O que define o ser humano é o pensamento (a mente) e não o corpo físico. Uma separação clássica na filosofia que vai afetar todo modo de refletir a condição humana até os dias de hoje, com as descobertas na NEUROCIÊNCIA.

A mente é chamada *res cogitans* (coisa pensante) e o corpo é chamado de *res extensa* (coisa extensa ou física). Pode-se notar o quanto essa separação reflete a forma de pensar sobre a condição humana na modernidade e contemporaneidade, pois desde então tem-se valorizado muito mais a atividade mental que a atividade corporal, culminando numa imagem curiosa na filosofia: se as pessoas fossem cérebros num jarro, com eletrodos aplicando impulsos que seriam interpretados como a realidade física, como se saberia que isso não é a verdade da existência humana? A resposta é que não se saberia.

Esse problema lógico filosófico demonstra o quão importante é considerada essa separação entre corpo e mente, pois, novamente, o que indica a percepção da realidade para a cultura ocidental moderna é a capacidade mental de interpretar os estímulos sensíveis e torná-los inteligíveis. A história da filosofia e das ciências da mente desde então tem sido povoada por diversas maneiras de compreender, criticar, modificar ou reafirmar essa hipotética separação entre MENTE e CORPO.

É a partir do COGITO CARTESIANO e dessa separação entre MENTE e CORPO que o conceito de SUBJETIVIDADE surge como elemento central para se entender a CONDIÇÃO HUMANA. As filosofias subsequentes ao racionalismo também são tributárias dessa noção: o Empirismo, o Criticismo de Kant, a Fenomenologia de Husserl. As ciências sociais também devem tributo ao racionalismo cartesiano, assim como e

principalmente a PSICOLOGIA, pois sem o conceito de subjetividade ou de sujeito pensante, não teria razão de existir.

Assim toda a modernidade e também a contemporaneidade podem ser definidas a partir da formulação do COGITO CARTESIANO. Muito mais importante que o caminho ou método da dúvida, a conclusão dele do EU penso é que oferece a chave de como entender a reflexão sobre a condição humana modernamente: o EU, que é o Sujeito que pensa sobre os Objetos do mundo; a Subjetividade que apreende a realidade ao redor e que a domina também.

Esse SUJEITO MODERNO baseado no EU pensante (o cogito) é o centro da MODERNIDADE. Tudo vai girar em torno dessa noção que traz uma série de consequências para a realidade humana até os dias de hoje.

O Sujeito Moderno nasce a partir de uma crise pessoal e intelectual de um pensador, René Descartes, mas é também essa crise que vai definir a sua continuidade e existência, pois a crise de Descartes é a crise da modernidade, que é a crise da subjetividade. O Sujeito Moderno é definido como LIVRE, RACIONAL e CONSCIENTE. Essas três características estão relacionadas com o EU pensante (o cogito), pois este pensa racionalmente sobre si mesmo e sobre o mundo; é livre, já que se libertou dos conhecimentos que não são claros e distintos (ex.: as verdades sagradas das escrituras); e por saber que existe devido ao pensamento, é consciente.

Porém, por sua origem em crise, tem também a si mesmo como objeto do pensamento, isto é, o sujeito moderno pensa sobre si mesmo e sobre sua condição, enfatizando sua condição como problemática diante de um mundo que não se pode conhecer e dominar, mas que se quer muito fazê-lo.

Desse modo, a crise da modernidade e da contemporaneidade (ou pós-modernidade) é a crise do SUJEITO MODERNO, que se auto afirma como livre, racional e consciente, mas o tempo todo é lembrado em sua contingência de vida que está submetido às regras da sociedade (o trabalho, a economia, as leis) que o impedem de uma liberdade plena. Além disso, a razão leva a contradições irracionais que angustiam o sujeito em suas certezas (ex.: as guerras e as atrocidades cometidas em nome da razão e de maneira totalmente racional e eficiente). E finalmente sua suposta consciência é colocada em questão quando se supõe que boa parte do comportamento humano é regido por um INCONSCIENTE obscuro, do qual o sujeito não tem nenhum controle ou conhecimento, precisando de uma outra pessoa (o terapeuta psicanalista) para ajudar a interpretá-lo.

Assim, a reflexão sobre a condição humana na história da filosofia chega ao seu ápice com a noção de SUJEITO MODERNO, iniciada pelo cogito cartesiano e continuamente repensada e transformada na busca de se entender o que é o ser humano atual, a subjetividade, a existência humana voltada para si mesma e a crise que esta representa diante das contingências (a sociedade, as leis, as doenças, os outros e a morte).

Exercício:

Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como é compreendida a condição humana na MODERNIDADE e quais as consequências disso para condição humana atual.

Referências da aula 04:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena P. Martins. Filosofando: Introdução à Filosofia. 3^a ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2006.

DESCARTES, René. Meditações. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Aula 05

Como foi visto na aula anterior, a modernidade e o sujeito moderno já nasceram em crise. Há pensadores contemporâneos que muito bem expressam essa CRISE do SUJEITO MODERNO. Os três primeiros ainda no auge do otimismo do século XIX, traziam ideias que claramente iam contra o projeto da racionalidade positiva e liberal predominante naquele momento. O primeiro deles foi Karl Marx, cujas interpretações sobre a sociedade capitalista demonstravam por uma via sociológica que o sujeito moderno é completamente submetido ao sistema de trabalho capitalista e ao desenvolvimento das forças produtivas.

Em segundo lugar vem a radical crítica da modernidade por parte de Friedrich Nietzsche, que coloca a razão moderna como sendo a responsável pelo enfraquecimento da cultura ocidental, e esta também impregnada pela moral cristã, que forja ainda mais uma condição humana de sujeito fraco, que se reconhece como sendo o bom em oposição a um mau opressor, que de fato é o mais poderoso e nobre em contraste do pobre e fraco. O que Nietzsche critica é essa ideia de que ser fraco e humilde é melhor que ser forte e nobre. De certo modo a mentalidade racionalista liberal do século XIX reproduzia isso, criando nos corações de todos os indivíduos a ilusão de que todos são iguais e que podem alcançar as mesmas glórias, quando de fato isso deveria ser reservado para poucos, os *uberman* (super homens).

E finalmente tem-se a contribuição crítica de Sigmund Freud, que com seu conceito de INCONSCIENTE afundou de vez a ilusão moderna de que o sujeito pensante é totalmente consciente e racional em relação às suas escolhas e atos, obviamente assim também não sendo livre.

A crítica da modernidade e do sujeito moderno que terá centro nesta aula, será uma mais contemporânea, da segunda metade do século XX, já inserido no contexto considerado da pós-modernidade. Este momento historicamente indefinido, mas que se aceita normalmente como sendo o momento do pós-guerra (a partir dos anos 1960) até o presente e confuso século XXI.

Michel Foucault foi um filósofo, historiador e psicólogo francês que dedicou sua vida intelectual a um tipo de inconformismo a respeito das ideias estabelecidas (os dogmas e paradigmas), inclusive frequentemente mudando de ideia a respeito de aspectos de suas próprias teorias sobre a condição humana. Por isso, talvez, os historiadores da filosofia identificam três momentos da obra de Foucault em separado, mas com linhas de

conexão. Uma dessas principais conexões é justamente a crítica ao SUJEITO MODERNO.

Para Foucault o sujeito moderno antes de tudo é SUJEITADO. Essa sujeição se expressa em vários níveis da estrutura social da qual o indivíduo faz parte: a família, a religião, o estado, as leis, a escola, o trabalho, a polícia, a prisão, os profissionais de saúde, os amigos. Todas essas estruturas vão compor o que Foucault chama de MICROFÍSICA DO PODER que penetra e se mistura com as decisões individuais, forjando um indivíduo perenemente vigiado por si próprio, que acredita estar livre em viver sua vida, mas na verdade é apenas um pequeno nó numa trama muito mais complexa de ações fora do seu controle.

Essa sujeição do sujeito se apresenta mais fortemente em algumas instituições bem específicas ao longo da história ocidental. Ele cita o poder das instituições penitenciárias e clínicas no controle dos corpos: quando e onde comer, dormir, caminhar etc. A escola também é citada como instituição de controle do corpo: todos devem ficar sentados e ouvindo o mestre. E chama-se atenção especial para o projeto de saneamento das grandes cidades europeias entre os séculos XVII e XVIII, o chamado GRANDE INTERNAMENTO foi o momento em que todos os indivíduos que não se enquadravam aos padrões morais da burguesia ascendente eram considerados LOUCOS. Nesse rol eram considerados loucos as mulheres adúlteras, jovens masturbadores, mendigos, homossexuais, libertinos de qualquer tipo, isto é, párias de uma sociedade que valorizava a ordem e o trabalho dentro de uma moral repressora.

Essas pessoas ditas loucas eram internadas juntas em sanatórios sem o devido diagnóstico psiquiátrico (ciência que só vai aparecer no século XIX) e quem tinha poder para fazer o julgamento se a pessoa era “louca” ou não era a polícia. Essa então é uma forma explícita de sujeição, que basicamente negava a possibilidade de uma forma de racionalidade que não fosse a hegemônica (a racional liberal burguesa descendente direta do COGITO CARTESIANO). Mas a sujeição também estava presente no comportamento daqueles que não eram internados, pois se comportavam de acordo com o esperado, pois não queriam ser internados. Assim se constrói, segundo a crítica de Foucault ao Sujeito Moderno, uma reflexão sobre a condição humana em que esta é reduzida à SUJEIÇÃO. O discurso moderno da liberdade, razão e consciência não tinha como encontrar lugar para um sujeito que é apenas parte de uma estrutura e que se quiser ser diferente do modelo esperado, poderá ser rotulado de louco, pois a razão

moderna não consegue enxergar a racionalidade na loucura. Porém, segundo Foucault, a loucura não é a falta de razão, mas sim uma outra forma de razão, diferente.

A negação da razão da loucura já começa em Descartes ao afirmar que no cogito não são considerados racionais os pensamentos ilusórios dos sonhos e nem os delírios da loucura. E isso permaneceu e se fortaleceu ao longo da modernidade, só encontrando vozes contrárias séculos depois, com pensadores como Nietzsche, Freud e Foucault.

Para uma visão mais aprofundada das obras de Foucault que tratam dos assuntos aqui abordados, ler as seguintes obras de sua autoria: HISTÓRIA DA LOUCURA; VIGIAR E PUNIR e MICROFÍSICO DO PODER.

Exercício:

Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como pode ser compreendida a condição humana na crítica da MODERNIDADE feita por Michel Foucault.

Referências da aula 05:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena P. Martins. Filosofando: Introdução à Filosofia. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Microfísica do Poder. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Aula 06

Faça-se agora uma transição da FILOSOFIA para a ANTROPOLOGIA. Criado o ambiente do pensamento MODERNO, as ciências autônomas começaram a surgir em suas formas cada vez mais próximas do que são na atualidade. A psicologia, a sociologia e a arqueologia aparecem em fins do século XVIII e começo do XIX, buscando chamar atenção de certos aspectos da reflexão sobre a condição humana, que antes não pareciam ser tão importantes.

A história contemporânea começa com grandes transformações sociais que criam o ambiente necessário para questionamentos inéditos dentro da reflexão sobre a condição humana. A sociedade industrial criou as grandes cidades e uma forma de trabalho, baseada na produção, que forjou uma coletividade em crise, caótica e em busca de uma mentalidade científica que desse conta das transformações. A Sociologia criada por Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e Georg Simmel, além de outros nomes menos influentes, trouxe a problematização dessa nova sociedade contemporânea.

Esse mesmo ambiente de crise e conflitos criava também indivíduos em crise consigo próprios, daí a necessidade de uma ciência da alma (da psiqué). A Psicologia surge também buscando problematizar e responder às angústias dos indivíduos do mundo contemporâneo. Um sujeito eternamente em crise e em conflito com o contexto histórico e com a própria condição de sujeito sujeito.

E a história dos povos passou a ser imensamente valorizada, daí o aparecimento da Arqueologia, uma ciência social dedicada a entender os vestígios dos povos que já não mais existem, ajudando a formular o conhecimento sobre a própria civilização ocidental como está agora.

Mas de todas as ciências autônomas que surgiram a partir da filosofia humana, nenhuma representa melhor o estudo sobre a condição humana que a Antropologia. Provavelmente por isso foi a aparecer mais cedo no rol de novas ciências criadas pelo mundo científico contemporâneo.

Desde antes do século XIX, os contatos com povos diferentes aos europeus conquistadores, fez crescer em alguns espíritos a necessidade de se questionar sobre essas diferenças. A antropologia é basicamente a ciência que estuda a alteridade, o outro que está presente nas diversas sociedades do mundo. Pensadores iluministas como

Montesquieu e Rousseau já promoviam questionamentos sobre os povos ditos “selvagens” dos quais se tinham notícias através dos colonizadores que viajavam aos confins da América, da África, da Ásia e da Oceania.

A primeira linha pensamento da antropologia é o chamado EVOLUCIONISMO, que, com o suporte das teorias naturais de Darwin e das teorias sociais similares de Spencer, supunha que o processo de evolução das diferentes sociedades ocorria de maneira linear, semelhantemente a teoria da evolução biológica. Assim, do mesmo modo que para os evolucionistas naturais, o HOMEM era o estágio mais avançado da evolução das espécies; o HOMEM OCIDENTAL EUROPEU era o modelo de sociedade mais evoluído que existia, sendo os outros povos classificados como SELVAGENS, BÁRBAROS etc, de acordo com os parâmetros de classificação do cientista europeu que refletia sobre o suposto povo primitivo que vive na distante Bornéu (p.ex.).

Para uma visão ilustrativa desse momento da antropologia, ver o filme “O Elo Perdido” (Man to Man), que conta como um cientista inglês captura um pigmeu na África e realiza uma série de experiências para provar que o mesmo é um elo entre o primatas primitivos e o homem moderno.

Esse modo de pensar, carregado de ETNOCENTRISMO (mais especificamente de EUROCENTRISMO) permaneceu como a corrente predominante na antropologia até começo do século XX. Nesse momento, com praticamente todo o planeta já colonizado com a presença europeia, os antropólogos se viram na constrangedora posição de estarem ajudando a fazer desaparecer seu objeto de estudo: os povos ditos primitivos tendiam ao desaparecimento ou por destruição ou por aculturação. A presença do europeu civilizador também ajudava a acabar com as culturas locais.

Foi então que a comunidade científica inglesa, naquele momento o maior colonizador do mundo, começou a financiar a ida dos pesquisadores às áreas remotas do império britânico. O que antes era papel dos administradores, que coletavam informações nas colônias e entregavam de segunda mão para os antropólogos, agora seria função destes próprios. Criava-se uma das mais valorizadas tradições da antropologia, o TRABALHO DE CAMPO.

Os primeiros antropólogos dessa geração, prioritariamente ingleses, mas também de outras nacionalidades, criaram a segunda linha de pensamento da antropologia, o FUNCIONALISMO, que inevitavelmente transformaria em obsoleto o pensamento evolucionista (social) na antropologia.

O funcionalismo tem como projeto básico questionar sobre como funcionam as INSTITUIÇÕES SOCIAIS de uma dada sociedade. Estabelecido que em todas as sociedades existem instituições elementares (família, poder, economia, religião), o objetivo do antropólogo é fazer uma descrição o mais detalhada possível da vida da sociedade estudada, entendendo assim o que é e como é a cultura daquele povo, via suas instituições mais elementares.

Esses primeiros antropólogos funcionalistas geralmente passavam anos em suas permanências no trabalho de campo e quando retomavam às suas culturas traziam (e publicavam) longos volumes que descreviam a vida social daquele povo. Formulavam também teorias que tentavam generalizar as conclusões de modo a proporcionar uma verdadeira contribuição para a comunidade científica.

Ao mesmo tempo que os ingleses desenvolviam o funcionalismo, nas universidades estadunidenses surgia um pensamento similar mas com características diferentes. O chamado CULTURALISMO é uma escola antropológica que também valoriza o trabalho de campo, mas se preocupa muito mais em absorver o discurso dos povos locais da coletividade pesquisada. Este discurso deve ser extraído em conjunto com a descrição da tradição funcionalista, mas sem se preocupar tanto com o funcionamento das instituições, e sim com a INTERPRETAÇÃO SIMBÓLICA DOS INDIVÍDUOS diante dos desafios do cotidiano daquela cultura. São as histórias de cada um que faz parte daquele povo e o modo como eles veem a si mesmos e as suas crenças, hábitos e costumes.

Finalmente na França, surge um pouco mais tarde a escola antropológica chamada de ESTRUTURALISMO. Seu fundador, Claude Lévi-Strauss, trouxe de sua experiência de campo no Brasil, entre os índios Bororo no centro-oeste, as narrativas míticas que o ajudaram a formular sua teoria estruturalista. Somou a isso sua base filosófica e trouxe da LINGÜÍSTICA um modo completamente novo de compreender a cultura e como as diferentes sociedades humanas se estruturam a partir de suas estruturas inconscientes, presentes principalmente nos mitos e narrativas do dia a dia que revelam a maneira como os indivíduos são estruturados dentro de um esquema simbólico do qual ele faz parte inconscientemente. É uma das razões dele usar a linguística como base, pois todos são

usuários da língua, mas ninguém tem a língua, que permeia e determina a todos em sua estrutura de pensamento e de significado.

A proposta do estruturalismo é promover uma compreensão da vida social de um povo (de uma cultura) a partir das suas estruturas inconscientes. Para expressar e entender essas estruturas inconscientes é preciso primeiro formular modelos interpretativos teóricos. A base desses modelos são sempre **RELAÇÕES DE OPOSIÇÃO COMPLEMENTARES**. Do mesmo modo que na língua se opõe uma consoante e uma vogal para formar um sílaba, na construção do significado simbólico da vida social de uma cultura é preciso estabelecer pares de oposição complementar para que as ações tenham significado. Os pares de oposição complementar mais significativos no estruturalismo de Claude Lévi-Strauss são:

Masculino	Feminino
Cru	Cozido
Proibido	Permitido

Mas existem outros que podem ser facilmente considerados como parte do mesmo esquema estruturalista:

Feio	Bonito
Bem	Mal
Saúde	Doença

Este dois últimos são essenciais para este curso, pois como se verá nas próximas aulas é parte fundamental da chamada **ANTROPOLOGIA DA DOENÇA**.

Assim, as narrativas de um povo são, segundo Claude Lévi-Strauss, a expressão desse povo de suas estruturas inconscientes. Todos daquele povo devem entender o significado simbólico do chefe de uma família que dá a mão de sua filha mais velha para o caçador da família vizinha, pois esta união representa o par complementar feminino e masculino, que reforça a amizade entre as famílias e melhora a caça. E quando se contar sobre essa união vai se dizer que os deuses aprovaram, pois é o certo, e essa mulher estará proibida para outros homens, pois levará a guerra.

Vê-se desse modo que as preocupações sobre a reflexão da condição humana evoluíram para um estágio de especificidade tal que a cada povo, cada cultura, cada indivíduo pode

ser refletido dentro da reflexão sobre a condição humana. A antropologia é justamente esse esforço de conhecer cientificamente a condição humana ao nível dos detalhes simbólicos de cada cultura, de cada história e de cada indivíduo.

Exercício:

Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como pode ser compreendida a condição humana na ANTROPOLOGIA ESTRUTURALISTA.

Referências da aula 06:

MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia Cultural. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Aula 07

A ANTROPOLOGIA DA DOENÇA é uma linha de pensamento dentro da antropologia estruturalista que se dedica a pesquisar a construção dos significados simbólicos nas relações estruturais entre CURA e DOENÇA.

O principal autor dessa linha da antropologia estruturalista é outro francês, François Laplantine. Em sua obra Antropologia da Doença, ele apresenta os modelos estruturais (oposições complementares) para interpretar as várias expressões culturais da relação entre CURA e DOENÇA.

Em todas as culturas há modos de compreender e tratar as enfermidades. As expressões simbólicas que explicam a doença são os chamados MODELOS ETIOLÓGICOS, isto é, modelos criados para compreender as CAUSAS das doenças. De outro lado, em oposição complementar, está o modo como as culturas combatem as enfermidades, são os chamados MODELOS TERAUPÊUTICOS.

A relação de complementaridade entre esses dois grupos de modelos pode ser melhor visualizada na seguinte quadro:

MODELO ETIOLÓGICO	MODELO TERAPEÚTICO
Ontológico / Relacional	Alopático / Homeopático
Exógeno / Endógeno	Aditivo / Subtrativo
Subtrativo / Aditivo	Exorcista / Adorcista
Maléfico / Benéfico	Sedativo / Excitativo

Fonte: LAPLANTINE, F. 2004

Esses modelos apresentam a interpretação antropológica dos diversos modos de expressão simbólica sobre as causas das doenças e suas respectivas terapias possíveis. A leitura do quadro deve ser sempre feita a partir da relação estrutural que dá significado a um termo e outro, de maneira complementar. O modelo etiológico é o que explica a causa da doença e o modelo terapêutico é o que explica o tipo de combate à doença.

Note que esses termos são a construção do significado simbólico das causas e terapias, mas elas mesmas não são a doença e a cura. Trabalha-se aqui no nível da CONSTRUÇÃO do SIGNIFICADO SIMBÓLICO para as pessoas envolvidas na situação de doença e cura, são elas: o doente ou paciente; o médico ou curandeiro; a família do doente; o *staff* que cuida da saúde (enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais etc.).

Seguindo a leitura do quadro de oposições complementares, o modelo etiológico

ONTOLÓGICO / RELACIONAL explica a causa da doença através de sua origem. A causa ontológica é constituinte do indivíduo, isto é, faz parte do seu ser. É o tipo de explicação que coloca como que sendo destino na pessoa ter aquela doença, pois a mesma faz parte dela. Talvez um exemplo próximo possa ser uma doença genética, como a hemofilia. A pessoa É hemofílica e terá uma identidade pessoal a partir dessa doença.

Já a causa relacional envolve o conjunto de relações que o indivíduo enfermo tem na vida “em termos fisiológicos, psicológicos, cosmológicos ou sociais” (LAPLANTINE, 2004, p.49). Essas relações levam a possíveis desequilíbrios físicos ou psicológicos que levam à doença. Assim, uma atividade muito estressante, um esforço físico exagerado ou uma emoção intensa podem levar a pessoa a desenvolver uma doença.

A seguir tem-se os modelos etiológicos EXÓGENO / ENDÓGENO que os prefixos já expressam uma boa parte dos seus significados. O modelo Exógeno “comanda as representações que consideram ser a doença o resultado de uma intervenção exterior (infecção microbiana, vírus, espírito patogênico, modo de vida malsão)”. Já o modelo Endógeno, “pelo contrário, insiste nas noções de campo, hereditariedade, temperamento e predisposições”. (LAPLANTINE, 2004, p.67) Isto é, no modelo exógeno a causa da doença vem DE FORA, enquanto no modelo endógeno a causa da doença vem DE DENTRO do próprio enfermo.

Tanto um modelo como o outro aparecem na medicina oficial científica e na medicina popular. O mesmo podendo ocorrer com a maior parte também dos outros modelos. O que é interessante notar é que o elemento simbólico que decorre da construção do significado da doença é que está sendo analisado. Não se deve entender esses modelos como sendo uns verdadeiros e outros falsos. O que se procura é a compreensão do elemento simbólico, a representação social que dá significado do mal que se está sofrendo. Para o doente não importa a causa ou a terapia, o importante é encontrar um significado e mais importante uma cura ou conforto.

Continuando a leitura do quadro dos modelos, os modelos etiológicos SUBTRATIVO / ADITIVO representam a crença que a doença tem uma causa ou na ausência (ou retirada) de algo do enfermo, ou na intrusão (ou acréscimo) de algo. No modelo etiológico Subtrativo o doente sofre de alguma coisa a menos que escapou dele (crença na perda da alma, p.ex.); enquanto no modelo etiológico Aditivo soma-se um objeto no corpo que causa a doença, uma infecção microbiana ou uma possessão demoníaca, por exemplo. Em ambos os casos, a resolução do problema se dá com a atuação do seu oposto. Assim

se foi subtraída uma vitamina do corpo que causa fraqueza, é preciso repor a mesma somando algo ao corpo. E se há um demônio possuindo o corpo, é preciso subtraí-lo da pessoa para curá-la.

O par de oposição complementar de modelos etiológicos MALÉFICO / BENÉFICO é o mais difícil de se explicar. A doença como interpretação simbólica ou representação social MALÉFICA é o status comum da sociedade atual, que enxerga a doença como um mal ao corpo e conseqüentemente à pessoa do doente (sua alma). Essa visão de valor negativo da doença é conseqüência da cultura médica da época atual.

Porém há momentos em que a sociedade enxerga a doença como sendo algo BENÉFICO e isso aí vai variar de acordo com os parâmetros de valores da mesma sociedade. Por exemplo: uma pessoa que ao ficar doente aprende a se tornar humilde diante da dor e da dependência das outras pessoas; ou a doença causada por Deus para ser uma provação ao pecador que após o sofrimento se redime de seus pecados; ou ainda ver como benéfico ter uma doença para criar anticorpos contra a mesma e assim ficar protegido (as reações negativas que se tem quando se toma algumas vacinas podem ser consideradas aqui também).

Passa-se a interpretar agora a coluna direita do quadro dos modelos etiológicos / terapêuticos. Os modelos TERAPÊUTICOS tratam, em oposição ao Etiológico, dos tratamentos e curas para as causas das doenças. A identificação da cultura popular (ou medicina popular) com esses modelos é mais imediata e fácil, pois em toda família, em toda vila, em toda comunidade, independente de se conhecer a causa de um doença, tem sempre alguém com uma recomendação do que fazer para tratar seja que mal for. É claro, a medicina oficial também entra nesses modelos terapêuticos.

O primeiro par de oposição complementar de modelos terapêuticos é o ALOPÁTIO / HOMEOPÁTICO. O primeiro visa eliminar o sintoma pelo seu contrário, isto é, atacar a causa do sintoma usando um princípio ativo do seu contrário, p. ex., o sintoma é uma dor, toma-se um analgésico. Já o modelo terapêutico homeopático consiste em reativar os sintomas pelas semelhanças, ou seja, superar a crise atravessada agindo no mesmo sentido da doença, p. ex., o tratamento homeopático de uma alergia consiste em tomar em doses diluídas a causa da alergia até que o corpo desenvolva resistência à mesma.

A seguir tem-se os modelos terapêuticos ADITIVO / SUBTRATIVO, que são inversamente complementares dos modelos etiológicos de mesmo nome. No caso de uma etiologia

Subtrativa, age-se com uma terapia Aditiva, p.ex., perda de uma vitamina, um sal mineral ou um hormônio, faz-se-á como terapia uma reposição do mesmo. E no caso de uma etiologia Aditiva, age-se com uma terapia Subtrativa, p.ex., somou-se um tumor na pessoa, como terapia deve-se extraí-lo ou há um espírito intruso no corpo da pessoa, faz-se-á um exorcismo para subtrair o mesmo.

Pode-se notar que os modelos que não são de oposição complementar, podem ser combinados na interpretação simbólica dos mesmos. Uma doença pode ter sua causa interpretada simbolicamente como sendo ONTOLÓGICA e ENDOGÊNA, enquanto que sua terapia pode ser ALOPÁTICA e SUBTRATIVA ao mesmo tempo.

Adiante na leitura do quadro, tem-se o modelo terapêutico EXORCISTA/ ADORCISTA que são mais predominantes fora da medicina oficial científica. Na terapia Exorcista se luta para tirar a causa do mal do corpo da pessoa doente. A prática religiosa (mágico supersticiosa) de se expulsar o demônio do corpo de alguém possuído se enquadra neste tipo de terapia. Já a terapia Adorcista consiste em inserir um elemento espiritual ou medicinal para assim promover a cura do doente. Neste caso pode-se enxergar a terapia adorcista como um bem ao corpo ou alma do doente, pois ele recebe a entidade que realiza o bem, em oposição à entidade que realiza o mal e precisa ser expulsa, como foi na terapia exorcista.

Enfim, o último par de oposição complementar de modelos terapêuticos é o SEDATIVO / EXCITATIVO que promove de maneira inversa e complementar a diminuição de algum processo no corpo (sedativo) ou a aceleração de algum processo (excitativo). O modelo terapêutico Excitativo funciona como um estímulo para a falta ou deficiência de algo, p.ex., um desequilíbrio hormonal que causa hipotireoidismo, a intervenção terapêutica deverá acelerar o processo funcional, usando-se hormônios ou vitaminas, compensando a carência fisiológica. Já o modelo terapêutico Sedativo funciona de modo oposto, em excesso, as reações dos indivíduos são exacerbadas (hipertensão, hipertireoidismo, hiperemotividade), assim é necessário desacelerar o excesso por intervenção sedativa (p.ex.: gardenal).

Deve-se notar que todos esses modelos que servem para compreender como se dão as REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ou INTERPRETAÇÕES SIMBÓLICAS estão presentes de modo variado mas constante em todas as culturas. O objetivo maior é entender como os indivíduos envolvidos na situação de estar DOENTE e em busca de CURA veem e compreendem as diversas situações em que estão envolvidos.

Em nossa sociedade, uma das grandes dificuldades que o enfermo sofre em relação a esse elemento simbólico relacionado com a doença e a cura é a dificuldade em se lidar com o linguajar médico. O JARGÃO MÉDICO é normalmente distante da realidade vocabular da maioria dos pacientes, por isso a facilidade com que a população se apega à medicina popular, à religião, à superstição e à magia. E, como foi visto na leitura do quadro dos modelos etiológicos e terapêuticos, não há muita diferença na representação simbólica para um sistema ou outro (medicina oficial e cultura popular), pois no final das contas, O QUE IMPORTA AO DOENTE É ESTAR CURADO.

Ver-se-á em aulas posteriores mais sobre representações sociais e sobre como a medicina oficial e popular estão relacionadas com o elemento religioso, especialmente na sociedade brasileira, onde a saúde pública em eterna crise e a falta de instrução do povo faz com que se misture facilmente medicina, religião, magia e superstição.

Exercício:

Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como os Modelos Etiológicos e Terapêuticos ajudam a compreender as relações entre Doença e Cura tanto na Medicina Oficial quanto na Popular.

Referências da aula 07:

LAPLANTINE, François. Antropologia da Doença. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Aula 08

O conceito de REPRESENTAÇÕES SOCIAIS está ligado a algumas tradições das CIÊNCIAS HUMANAS, especialmente a SOCIOLOGIA e a PSICOLOGIA SOCIAL.

O conceito geral é o seguinte: representações sociais são os elementos simbólicos que expressam a necessidade de comunicação e de produção de significado que o ser humano tem na sua convivência com o mundo ao seu redor e os outros seres humanos.

A tradição de pensar o que está na mente dos indivíduos como representações começa com o velho conhecido do estudo da condição humana, René Descartes. Ao concentrar a realidade existencial na mente em detrimento do corpo, Descartes oferece o elemento central da representação, que é o modo como a mente representa a realidade empírica na forma de impressões simbólicas. O ato de pensar produz as representações, que neste momento podem ser chamadas de REPRESENTAÇÕES MENTAIS. Porém a evolução da reflexão sobre as representações demonstra que as mesmas não são exclusivas de um indivíduo, e na verdade são impossíveis de serem pensadas individualmente.

Daí passar-se a se refletir a partir do século XIX sobre REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. A crítica ao solipsismo¹ de Descartes tem consequências positivas para toda evolução das ciências humanas, pois é partir dela que surgem as linhas de pensamento sociológico e antropológico sobre as Representações Sociais, assim como da Psicologia Social, como também do próprio pensamento MARXISTA.

Neuza Cavedon apresenta uma síntese muito eficaz de todas essas linhas de pensamento sobre as Representações Sociais, no seu livro "Antropologia para Administradores". Aqui far-se-á uma síntese dessa síntese.

A primeira tradição das Representações Sociais é a da SOCIOLOGIA. Émile Durkheim, um dos pais dessa ciência, teoriza que toda representação individual são apenas expressões da pertença individual ao contexto social, que realmente impõe as representações coletivas. Assim, ao entrar-se numa sociedade, o indivíduo recebe por imposição uma série de representações sociais (símbolos e significados) sob os quais ele não tem nenhum controle, e só pode ao longo da vida reproduzir essas representações, mas com a impressão de serem seus sentimentos individuais. A própria limitação da língua pode ser um exemplo de como funciona tal modo de pertencer a uma coletividade

¹ Prática de pensamento voltado para si mesmo: eu penso sobre mim mesmo e comigo mesmo como interlocutor.

sem poder promover nada de individual além do que a sociedade impõe.

O ponto de vista da ANTROPOLOGIA é bastante similar ao da sociologia, pois o peso maior da representação social está na sociedade. A diferença está no modo de apreensão. Enquanto na Sociologia se teoriza a prioridade da sociedade sobre o indivíduo porque a sociedade existe antes dos indivíduos e é coercitiva em suas representações sobre os mesmos; na Antropologia supõe-se que o conjunto das representações individuais extraídas mediante trabalho de campo podem ser reconstruídas pelo pesquisador na forma de representações coletivas e essas seriam as Representações Sociais que trazem os significados simbólicos coletivos de uma dada sociedade.

Assim na Antropologia as Representações Sociais são impostas pela sociedade aos indivíduos, como na Sociologia, mas a percepção é feita pelas expressões individuais e interpretadas pelo pesquisador via trabalho de campo.

O ponto de vista da PSICOLOGIA SOCIAL tem um posicionamento geral diferente e complementar do da Sociologia e Antropologia. Para esta ciência, os indivíduos realmente recebem as representações sociais do contexto social, mas são capazes também de influenciar essas representações com elementos individuais. Aqui o elemento individual psicológico tem alguma influencia na interpretação e reconstrução das representações sociais, que retornam ao meio coletivo.

Dois autores são levantados aqui para expressar essa linha: Sergei Moscovici e Erving Goffman. O primeiro afirma justamente a teoria geral apresentada acima: o indivíduo absorve as representações sociais e é capaz de fazer novas interpretações que contribuam para a reconstrução das representações sociais, quanto maior a influência do indivíduo na sociedade, mas ele é capaz de desenvolver novas representações sociais, novos elementos simbólicos, como na área de saúde, por exemplo, em que um pesquisador usa elementos já existentes para criar algo novo que passa a fazer parte do jargão da área.

Erving Goffman foi um pensador social estadunidense que usava o teatro como metáfora para interpretar os eventos sociais. Para ele, os indivíduos são capazes de captar as representações sociais de uma dada coletividade e assim ATUAR de acordo com o ambiente esperado, de modo consciente, evitando os embaraços de cometer erros e garantindo sua sociabilidade com o grupo. Assim, agir de maneira educada numa reunião de pessoas influentes não seria uma simples imposição da sociedade sobre o indivíduo,

ele ATUA de acordo porque quer ser aceito e poder influenciar também, de maneira que a atuação dele seria consciente, como um ator no teatro.

A última linha de pensamento sobre as Representações Sociais que será apresentada é do pensamento MARXISTA. Baseada na teoria social e econômica de Karl Marx, esta linha afirma que as REPRESENTAÇÕES SOCIAIS partilhadas pelos indivíduos na sociedade CAPITALISTA são as consequências das relações de produção predominantes nesta mesma sociedade. Para este pensamento, a medida que na sociedade capitalista os indivíduos vão trabalhando e produzindo para o capital, vão também produzindo os significados de suas vidas dentro deste esquema de produção. Assim, os significados simbólicos estão sempre restritos aos elementos da produção. Os valores da vida, da família, do casamento, da religião, do lazer, da arte, da literatura e tudo mais que compõe a vida coletiva estão submetidos aos significados da produção capitalista e do mercado. É uma forma de pensar que reduz tudo ao econômico, mas o cotidiano da sociedade atual não mostra uma experiência não muito diferente.

Para finalizar, o que se tem das Representações Sociais é que no conjunto dos SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS que compõe a vida dos indivíduos, especialmente quando se trata das questões de SAÚDE, DOENÇA e RELIGIÃO (temas anteriores e que serão tratados novamente na aula seguinte), há sempre um fluxo da construção dos significados que fica entre SOCIEDADE e INDIVÍDUO, mas que não encontra um termo final nem em um nem no outro, sempre no fluxo. E nas questões simbólicas da SAÚDE, DOENÇA e RELIGIÃO isso se repete, como foi visto nos Modelos Etiológicos e Terapêuticos da aula anterior, em que cada modelo expressa uma interpretação de formas simbólicas existentes nas coletividades culturais. Por exemplo, um povo que acredita em bruxaria e maldição imposta de um pessoa a outra, vai ter como representação coletiva sobre a causa de um mal estar estomacal, o feitiço feito pelo bruxo, isto é, uma etiologia Exógena e vai se crer que a terapia adequada será talvez um Exorcismo.

Exercício:

Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como os diferentes pontos de vista sobre Representações Sociais ajudam na forma como os indivíduos compreendem suas situações de vida no nível simbólico, especialmente a respeito das questões da Doença e da Cura.

Referências da aula 08:

CAVEDON, Neusa Rolita. Antropologia para Administradores. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.101-129.

Aula 09

Enfim que se alcança o último grande tema dessa disciplina Antropologia Filosófica, com uma análise sobre a CONDIÇÃO HUMANA atual dentro de um contexto bastante particular, das questões relacionadas a saúde e a doença, assim também como a religião. O foco dado ao curso e a essa última aula é extraído do livro de Gey Espinheira, OS LIMITES DO INDIVÍDUO Na Medicina e Na Religião, no qual o autor aborda a atual crise do SUJEITO PÓS-MODERNO, uma crise de individualização ou individuação que afeta o modo como a modernidade criou o conceito de sujeito (de SUBJETIVIDADE) e como este entra em colapso diante de duas das instituições mais presentes nas vidas coletivas de qualquer sociedade, mas mais especificamente na vida do brasileiro e do baiano: A MEDICINA e a RELIGIÃO.

Começa-se por explicar o porquê da crise (ou limites) do sujeito pós-moderno diante do contexto histórico por ele (que somos nós hoje) vivido. Vale recordar o que foi dito nas aulas 04 e 05, a modernidade e sua crise são a expressão do sujeito ou da subjetividade formulada especialmente por René Descartes com seu COGITO. O EU pensante é a individualidade racional e mental que define a condição humana na modernidade, e a partir disso toda sua maneira de lidar com a natureza, com o outro e com seu próprio interior.

Tudo aquilo que o Sujeito Moderno consegue apreender com sua mente racional e absoluta se torna representação mental (social) que serve para o avanço da cultura ocidental europeia. Essa mentalidade pode ser considerada o ponto de partida da Renascença, das Grandes Navegações, do Colonialismo e do avanço da Ciência Moderna, culminando na Revolução Francesa.

No entanto, esse Sujeito Moderno genérico (racional, consciente e livre) já surge em crise, pois ele (nós) não somos indivíduos isolados, nem tampouco plenamente conscientes e racionais sobre tudo que nos rodeia, apesar da pretensão de tal domínio sobre tudo. Assim, o Sujeito Moderno é também o SUJEITO SUJEITADO às imposições e regras do mundo social e econômico, e aos ditames e mistérios do inconsciente e da irracionalidade presentes na psiquê humana. Incluso nesse último contexto a afirmação da LOUCURA como uma forma diferente de racionalidade, que é negada sua expressão durante a modernidade, com a prevalência da moral burguesa (e cristã).

Esse Sujeito Moderno chega ao século XX mais em crise do que nunca, pois passadas as

duas grandes guerras mundiais, e com a vitória da mentalidade racional democrática sobre a mentalidade racional autocrática, surge um desconforto na reflexão da condição humana: como o ser humano pode ser racional e ainda assim promover eventos tão atrozmente consigo próprio. Este desconforto que acompanha a sociedade ocidental até hoje é que vai criar o chamado Sujeito Pós-Moderno.

Gey Espinheira vai analisar esse Sujeito nesse contexto de desintegração de valores absolutos que representa a PÓS-MODERNIDADE, mais especificamente no que vem acontecendo nos últimos 30 ou 40 anos em duas instituições que afetam diretamente a individualização da pessoa: a Medicina e a Religião.

Para Espinheira, tanto a Medicina quanto a Religião promovem os limites do indivíduo em sua individualização. O estado de enfermo fragiliza o indivíduo e a busca de uma cura que resolva o seu sofrimento faz com que o mesmo se submeta a vários tipos de expressões simbólicas correntes em uma sociedade.

Na visão da medicina oficial científica, o sujeito doente é um ente com defeito. Na visão socializada desse modo de pensar sobre o doente, as pessoas deixam de considerar a pessoa que se torna assim a própria doença. Essa qualificação já tira bastante da identidade pessoal, que também é uma forma de perda de individualização.

Para quem tem a doença, por outro lado, o que importa é encontrar a cura. Assim, no aspecto simbólico do enfermo, não se diferencia uma cura física de um problema da alma e nem uma cura espiritual de um problema físico. Assim, procurar a cura no médico, no pastor ou no curandeiro não tem diferença para a pessoa enferma. Evidentemente nesse caso irão variar também os modelos etiológicos e terapêuticos.

Espinheira analisa como a busca da cura médica evoluiu no Brasil desde a descoberta, passando pela medicina religiosa dos jesuítas em conjunto com os tratamentos naturais dos indígenas e africanos até chegar na atual crise da saúde pública no país. Ele analisa também as curas cristãs, no modelo católico carismático e no modelo evangélico pentecostal, uma nova presença no Brasil dos anos 1970 até o momento. E também analisa as curas espirituais mediúnicas, nos modelos do Espiritismo, do Candomblé e da Umbanda.

Essa análise leva-o a concluir que a religiosidade do brasileiro evoluiu junto com a medicina popular e que a recente crise do sujeito pós-moderno está ligada a como as duas instituições se impõem sobre o indivíduo de maneira bastante peculiar.

Por um lado a medicina oficial científica tem seu discurso esotérico, uma linguagem especial e de difícil acesso que faz com que o indivíduo enfermo confie nas palavras do médico como uma lei superior. Obedecendo assim os diagnósticos e as prescrições, não lhe resta muito de individualidade além de seguir as ordens. Está assim no seu limite como indivíduo, nem livre e nem consciente, e tentando se convencer de que racionalmente aceita as ordens médicas.

De outro lado, a religião como instituição submete o indivíduo a liturgias, a rituais, a obrigações e proibições que tem seu significado guardado pela comunidade sagrada daquela religião. Sua religiosidade particular é menos importante que a sua obediência às normas da comunidade sagrada, assim ao buscar conforto e cura na religião o indivíduo também está se submetendo sua individualidade, mesmo que ache que conscientemente e livremente está escolhendo fazer parte daquela comunidade e daquele conjunto de regras.

Claramente essa percepção da perda ou do limite da individualidade vem de uma história mais longa que culmina com o fim do século XX e início do XIX, com a crise do sujeito pós-moderno e a perda das grandes ideologias do século XX. O pós-guerra tinha trazido o mal estar da civilização ocidental, mas também tinha inventado a Guerra Fria, que tinha oferecido a muitos indivíduos no mundo a fé (quase religiosa) que existiam respostas absolutas para os dramas humanos ou no liberalismo capitalista ou no socialismo estatizante.

A crença e luta nessas duas ideologias político e econômicas também tinha sido um sustento nas crenças humanas de a razão dominando a natureza e resolvendo os problemas via ciência e razão. Mas com a decadência dos grandes discursos ideológicos (o socialismo redentor dos pecados capitalistas ou o capitalismo redentor dos pecados socialistas) o que restou foi um vazio, que foi rapidamente suprido por misticismos e pregações da nova era, assim como por discursos religiosos extremistas, que hoje é a base do que se chama de FUNDAMENTALISMO.

O que importa de todo esse contexto de transformação e mudança é que o conceito de SUJEITO MODERNO (livre, racional e consciente) foi tornado obsoleto, defasado ou insuficiente para lidar com todas as dificuldades da condição humana no mundo atual. Daí a ideia de SUJEITO PÓS-MODERNO, em eterna e constante crise, mas reconhecendo suas fragilidades e limites, sua co-participação no cosmos e não dominação do mesmo, porém ao mesmo tempo inserido nas conquistas da ciência e tecnologia (especialmente

as conquistas da medicina) e também em busca de sua religiosidade e pertença ao sagrado.

Em primeiro lugar, Espinheira retorna às origens da religiosidade brasileira e seu entrelaçamento com a medicina. Quando os europeus civilizadores aqui chegaram já existia uma vasta tradição de conhecimentos medicinais dos indígenas, no entanto esse tipo de prática não era aprovada pela Igreja Católica, que veio junto com os colonizadores com a Companhia de Jesus (Os Jesuítas).

Os Jesuítas foram uma ordem religiosa criada para levar a fé cristã católica aos confins do mundo “descoberto” pelos europeus (América, Ásia e África). Foi criada também em resposta a expansão das religiões cristãs PROTESTANTES na Europa, como parte da chamada CONTRA-REFORMA. Era como se o contexto de crise da modernidade, de questionamentos e busca de outras verdades que não a tradicional, estivesse sendo exportada para o novo mundo, com a intenção de “salvar” aqueles povos que nunca foram tocados pela “palavra do senhor”. Ironicamente eram os jesuítas que mais levaram destruição aos povos indígenas através das doenças europeias que foram trazidas por eles.

A missão dos Jesuítas era evangelizar os indígenas e para fazer isso praticavam a chamada MIMESE JESUÍTICA, uma forma de agir que assimilava as crenças do indígenas para aos poucos transforma-las em crenças cristãs. Por exemplo, encenar peças de teatro em que o vilão era um demônio que tinha o mesmo nome de uma divindade indígena, assim o herói cristão ou o próprio Jesus era o libertador.

Junto com esses elementos dos indígenas que eram assimilados pelos Jesuítas vinham também os conhecimentos das ervas e chás dos pajés indígenas. Nessa época, o que era considerada a MEDICINA OFICIAL era o que o Jesuítas praticavam, o que se resumia a considerar qualquer doença como tendo por causa o PECADO, e a cura era a PENITÊNCIA. Porém, aos poucos o conhecimento indígena foi sendo absorvido também pelos padres, que passavam a usar essas ervas e chás como parte dos tratamentos.

Os Jesuítas, assim como a maioria dos europeus, não veio da Europa sem conhecimento nenhum de ervas e chás, apenas que a fonte deles era outra, e tão proibida quanto a dos indígenas. As chamadas BRUXAS tinham esses conhecimentos desde tempos muito anteriores ao cristianismo e isso foi passado adiante ao longo da história. Lamentavelmente esse conhecimento era muitas vezes confundido com poderes mágicos

e assim muitas mulheres foram condenadas à fogueira por bruxaria, quando muito o que faziam era prescrever ervas e chás para quem sofria de algum mal.

Somado a esses dois conhecimentos tradicionais, indígena local e das bruxas europeias, venho se somar mais um com o mesmo tipo de habilidade de extrair da natureza os elementos medicinais nela existentes, os africanos. Os curandeiros africanos somaram a essa base de medicina popular natural novos conhecimentos e do mesmo jeito que os indígenas foram absorvidos pelos padres na “medicina oficial” e pela população como parte da medicina popular brasileira.

Evidentemente, neste mesmo momento que se misturavam os conhecimentos medicinais europeus, indígenas e africanos também estavam se misturando os elementos religiosos dessas mesmas três matrizes. Oficialmente havia a religião cristã europeia, mas subterraneamente se originava a resistência das religiões de matriz afro-brasileira, através do SINCRETISMO.

Na vida atual, nenhuma religião oficial (cristã ou afro-brasileira) reconhece o sincretismo como parte de sua liturgia oficial, mas o sincretismo que foi estratégia de sobrevivência da cultura africana por detrás da crença cristã, é hoje parte integrante da RELIGIOSIDADE POPULAR, tendo talvez mais vitalidade que as liturgias fechadas das religiões oficiais (cristã ou afro-brasileira).

Assim, a matriz da religiosidade brasileira se desenvolveu no cruzamento de uma variedade de REPRESENTAÇÕES SOCIAIS que foram ao longo da história trazendo e modificando significados, produzindo novas representações, fazendo outras desaparecer, mas basicamente misturando na CULTURA POPULAR uma série de elementos que, invariavelmente influenciou na forma do brasileiro lidar com a DOENÇA e a CURA.

Basta observar, como Espinheira descreve, que as curas promovidas em cultos pentecostais têm muito dos rituais do candomblé e da umbanda, ao mesmo tempo que os altares dos terreiros de umbanda e candomblé tem um pouco dos altares católicos antigos e as igrejas católicas mais antigas deixam transparecer uma série de elementos africanos e indígenas.

Essa evolução das representações sociais sobre a religiosidade brasileira, que se mistura com a história da medicina no país também, desemboca no surgimento da MEDICINA OFICIAL CIENTÍFICA no Brasil, em 1808, e luta dessa medicina em se afirmar diante dos chamados CHARLATÕES, que nada mais são que os curandeiros que sempre existiram e

ainda existem em todo Brasil.

Em 1808 a família real portuguesa desembarca em terras brasileiras e uma das primeiras grandes criações do rei foi criar a Faculdade de Medicina aqui na Bahia. Esta instituição hoje bicentenária representava o marco inicial da medicina científica na Bahia e no Brasil. No entanto os períodos que se seguiram não foram muito promissores para a medicina científica, pois na época esta se resumia a atividades empíricas com observações e recomendação de terapias, que em geral se resumia em banhos, fazer sangrias ou vomitórios. Não que o Brasil fosse totalmente atrasado, era que a medicina científica da época ainda era assim.

Após o período empírico veio um período de decadência, quando enfim renasce e floresce a medicina científica, já no fim do século XIX e começo do XX, com a intensa participação do médico e antropólogo Raimundo NINA RODRIGUES. Radicado na Bahia, ele promoveu o avanço da medicina legal em diálogo avançado com a teorias europeias de Cezare Lombroso. Essas teorias, na época, representavam o que havia de mais moderno na interpretação do comportamento humano a partir de patologias relacionadas com a RAÇA.

Nina Rodrigues foi o primeiro cientista brasileiro a tratar a questão do NEGRO com o olhar científico. Nessa época, a população negra era formada na maioria pelos escravos recentemente “libertos” pela Lei Áurea, que acabou com a escravidão legal no país. Com isso, um imenso contingente de pessoas foi posta a ser responsável pelo seu próprio destino, mas sem ser dada as devidas oportunidades de inserção social. Obviamente ficaram à margem da sociedade, se tornando um problema SOCIAL.

Porém, as crenças científicas da época, das quais Nina Rodrigues compactuava, dizia que o destino dos negros (a marginalização, o crime, a loucura, a vagabundagem, o alcoolismo etc) era culpa da constituição mental “inferior” dos próprios ex-escravos, que não tinham capacidade de se ajustar a vida de trabalho honesto dos brancos. Essa visão racista biologistica é evidentemente incorreta e aos olhos atuais também muito cruel, porém deve-se considerar aqui o mérito do cientista e pesquisador Nina Rodrigues, que se esforçou para entender o problema de modo científico, apenas partindo de premissas que sabe-se hoje serem erradas, a saber, que raça determina comportamento.

Essa medicina científica oficial estava afinal estabelecida no país, porém a força da medicina popular ainda era muito grande. Assim, boa parte da história da medicina

científica oficial foi dedicada a combater os chamados CHARLATÕES. O charlatão é uma pessoa que supostamente atua como profissional de uma certa área, mas sem a devida qualificação ou talento. Assim todos aqueles curandeiros (xamãs, pajés, rezadeiras, bruxos etc) eram chamados de charlatões, que punham em risco a saúde pública oferecendo curas sem a devida comprovação científica.

Neste ponto deve-se esclarecer que em Antropologia há três tipos de pensamentos típicos para lidar com as questões do universo, em qualquer cultura e entre culturas: a MAGIA, a RELIGIÃO e a CIÊNCIA. A magia, forma de cura e compreensão do mundo mais antiga, está presente na mentalidade moderna em traços vestigiais, tais como a superstição, as simpatias e as crendices, que formulam de maneira popular (normalmente por tradição ORAL) relações de causa e efeito entre uma ação feita pela pessoa e uma resposta correspondente de forças transcendentes; por exemplo: colocar uma linha vermelha na testa da criança com solução para parar o mesmo.

A religião é a forma de cura e compreensão do mundo que acredita na interferência do SAGRADO nas ações e vidas das pessoas. Esse sagrado pode variar de um objeto da natureza (o animismo), passando pelos vários tipos de politeísmo até as modernas formas de monoteísmo (cristão, judeu e muçulmano), aproximando-se da magia em alguns aspectos, mas sem necessariamente acreditar as relações de causa e efeito entre ação e transcendência. Não há necessidade de maiores detalhes já que está se tratando disso neste livro.

E a ciência é a pretensa forma racional e positivista de curar e compreender o mundo, com todo poder generalizador e quantificador da metodologia científica que deve garantir que tudo que é afirmado por ela está o mais próximo possível da verdade. A grande diferença e vantagem da ciência em relação às outras duas formas de pensar a cura e a compreensão do mundo é que ela admite a possibilidade de estar errada e assim se corrigir, aproximando-se cada vez mais da verdade, mas nunca chegando nela absolutamente.

Na magia, e especialmente na religião, se uma falha é exposta na crença (dogmas) o que ocorre não é correção, mas normalmente a cisão e/ou o fundamentalismo. É como se ao descobrir um erro, houvesse a negação de tudo. Na ciência, quando isso ocorre, deixa-se de lado as teorias erradas, fazendo parte apenas da história, como foi visto com as teorias do Evolucionismo Social, e parte-se para buscar novas teorias que deem conta da realidade.

Enfim, as Representações Sociais sobre cura e doença; doente e são; médico e paciente; fiel e guia religioso; medicina e religião afinal, são a expressão simbólica do movimento e o sentido das vidas das pessoas que vivem na sociedade em questão (no caso Brasil e Bahia). As pessoas, em crise de sua individualização como parte do contexto pós-moderno em que se vive, tentam atribuir significados às suas ações, buscam a cura quando sentem a dor e o sofrimento da doença, e com isso reproduzem as representações sociais que sua história de vida (social e individual) lhes permite representar, seja na medicina, na religião ou na magia.

A herança histórica, antiga e atual, do brasileiro em sua relação com a saúde o faz crer nos médicos, mas não confiando no sistema público de saúde; o faz crer nas curas religiosas e mágicas, mas sem dispensar a medicação (receitada ou não). No fim das contas um Sujeito Sujeitado por todas essas Representações Sociais impostas e absorvidas como se fossem certezas individuais, afirmadas por um indivíduo que não percebe seus limites diante da medicina e da religião, pois afinal o que busca é o conforto no nível físico e espiritual, e a certeza no nível simbólico.

Exercício:

1- Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como a medicina e a religião representam os limites do indivíduo no contexto da pós-modernidade.

2- Disserte criticamente entre 12 e 15 linhas sobre como as matrizes religiosas cristã europeia, indígena e africana ajudaram a criar as Representações Sociais sobre a medicina e a religião no Brasil atual.

Referências da aula 09:

ESPINHEIRA, Gey. **Os Limites do Indivíduo**: Mal estar na racionalidade: os limites do indivíduo na medicina e na religião. Salvador: Fundação Pedro Calmon..., 2005.

EXERCÍCIOS GERAIS

<p>1- No processo de afirmação do Sujeito Moderno a razão é afirmada em detrimento de tudo aquilo que não é racional. Uma dessas formas de não-razão é a loucura. Foucault, como crítico da modernidade e do Sujeito Moderno desacredita dessa afirmação da razão contra a loucura pois,</p> <p>A) a loucura é uma doença mental e não pode ser compreendida racionalmente. B) a razão moderna não é capaz de ver a racionalidade da loucura. C) o sujeito moderno é sujeitado pela razão da loucura pós-moderna. D) o tipo de razão da loucura é a mesma da racionalidade moderna. E) toda crítica ao sujeito moderno está baseada na loucura da razão.</p>	<p>2- Sobre Representações Sociais:</p> <p>I- O enfoque marxista afirma que as Representações Sociais surgem ao mesmo tempo que os bens materiais são produzidos por uma sociedade. II- A posição sociológica é semelhante à posição da antropologia quando se referem a expressão das Representações Sociais pelos indivíduos. III- As afirmações da Psicologia Social, especialmente em Moscovici, são categóricas quanto ao processo de adaptação individual às representações coletivas. IV- Goffman usa o teatro como metáfora para falar das Representações Sociais. V- O indivíduo colabora com as Representações Sociais tanto quanto o todo coletivo é a base da posição sociológica para o tema.</p> <p>Estão certas: A) I, II, III B) II, III, IV C) III, IV, V D) I, II, IV E) I, IV, V</p>
<p>3- Qual o contexto de surgimento da Antropologia como ciência autônoma?</p> <p>4- Qual a relação entre esse surgimento e o Sujeito Moderno?</p> <p>5- Como é o modo de explicar a realidade social elaborado pelo Estruturalismo (Escola Antropológica Estruturalista de Claude Lévi-Strauss ou Francesa)?</p> <p>6- O que são Representações Sociais e como elas são estudadas pelas ciências?</p> <p>7- Como funcionam as Representações Sociais pelo ponto de vista da Sociologia?</p> <p>8- Como funcionam as Representações Sociais pelo ponto de vista da Psicologia Social?</p> <p>9- Como funcionam as Representações Sociais pelo ponto de vista da Antropologia?</p> <p>10- Como funcionam as Representações Sociais pelo ponto de vista do Marxismo?</p>	<p>11- Os limites do indivíduo são limites do que, segundo Espinheira? Explique.</p> <p>12- O papel da religião em relação à saúde no Brasil está ligada a que fatores históricos e sociais? Argumente.</p> <p>13- As diferentes Etiologias e Terapias formuladas por Laplantine têm alguma relação com os limites do Indivíduo de Espinheira? Justifique.</p> <p>14- Há diferença entre cura física e cura espiritual, segundo Espinheira? Justifique.</p> <p>15- Qual seria o paradoxo do individualismo surgido no final do século 19 e começo do século 20 e que hoje afeta o processo de individualização?</p> <p>16- Explique o processo de demarcação do território médico e religioso oficial em relação ao popular?</p>